



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015
			(Reapresentado - Nota 2.6)	(Reapresentado - Nota 2.6)
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	43.215	38.315	59.024
Contas a receber de clientes	11	3.097	2.496	12.002
Tributos a recuperar	5	10.817	17.567	22.322
Adiantamentos a empregados		8.004	9.120	8.363
Adiantamentos diversos	6	14.664	21.427	16.424
Indenizações trabalhistas a reembolsar	7	-	-	8.441
Outros créditos	8	3.507	19.457	7.272
Estoques	9	115.083	105.268	110.189
Despesas de exercícios seguintes		3.044	3.288	3.579
Total do ativo circulante		201.431	216.938	247.616
Não circulante mantido para venda	10	72	252	1.175
Não circulante				
Realizável a longo prazo	11	350.650	322.587	352.477
Contas a receber de clientes	11	15.763	14.120	7.543
Depósitos judiciais e recursais	12	294.261	267.270	302.394
Outros créditos	8	91	168	1.436
Convênios operacionais	13	40.535	41.029	41.104
Investimento	14	149	149	149
Imobilizado	15	10.595.121	10.243.273	10.041.781
Imobilizado em uso/andamento	15	8.755.425	8.367.832	8.127.419
Imobilizado extensão leste	15.5	696.820	696.820	696.820
Imobilizado linha 5 lilás	15.6	1.142.876	1.178.621	1.217.542
Intangível	16	24.941	19.497	27.182
Total do ativo não circulante		10.970.861	10.585.506	10.421.589
Total do ativo		11.172.364	10.802.696	10.670.380

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Passivo e Patrimônio	Nota	31/12/2016	31/12/2015	01/01/2015
			(Reapresentado - Nota 2.6)	(Reapresentado - Nota 2.6)
Líquido				
Circulante				
Fornecedores	17	311.036	252.689	204.293
Garantias contratuais		1.105	1.426	959
Operações de Arrendamento				
Mercantil Financeiro	18	68.432	70.844	55.897
Pessoal e encargos sociais		15.329	15.311	14.087
Obrigações sociais e trabalhistas		81.904	76.726	65.506
Impostos, taxas e contribuições		25.220	20.554	19.088
Tributos parcelados	19	-	2.754	4.748
Contas a pagar		17.319	15.706	11.420
Receitas diferidas	20	35.645	15.170	9.757
Programa de Participação nos Resultados - PPR		35.765	34.721	-
Total do passivo circulante		591.755	505.901	385.755
Não circulante				
Garantias contratuais		936	592	753
Operações de Arrendamento				
Mercantil Financeiro	18	733.211	766.125	796.573
Tributos parcelados	19	-	-	2.374
Contas a pagar		22.559	16.245	16.018
Convênios operacionais	13	41.199	41.207	41.207
Provisões para contingências	21	838.431	736.930	844.178
Provisões para benefícios				
a empregados	22	331.651	353.828	308.589
Receitas diferidas	20	8.598	9.114	9.630
Bens cedidos-Metrô (ext. Leste)		696.820	696.820	696.820
Total do passivo não circulante		2.673.405	2.620.861	2.716.142
Patrimônio líquido				
Capital social	23.1	11.328.779	11.328.779	11.328.779
Reservas de reavaliação		533.116	581.728	630.392
Ajustes de avaliação patrimonial		42.993	(81.240)	(114.976)
Prejuízos acumulados		(6.771.601)	(6.087.910)	(5.504.498)
		5.133.287	5.741.357	6.339.697
Adiantamentos para aumento de capital	23.2	2.773.917	1.934.577	1.228.786
Total do patrimônio líquido		7.907.204	7.675.934	7.568.483
Total do passivo e patrimônio líquido		11.172.364	10.802.696	10.670.380

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
			(Reapresentado - Nota 2.6)
Receita Líquida	24	2.351.457	2.258.512
Custos dos Serviços prestados	25	(2.205.485)	(2.188.301)
Lucro bruto		145.972	70.211
Despesas Administrativas	26	(549.770)	(499.793)
Outras Receitas (Despesas) Líquidas	28	(169.645)	(126.652)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(573.443)	(556.234)
Receitas Financeiras	29	29.281	31.716
Despesas Financeiras	29	(188.141)	(107.558)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(732.303)	(632.076)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-
Prejuízo do exercício		(732.303)	(632.076)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
			(Reapresentado - Nota 2.6)
Resultado líquido do exercício		(732.303)	(632.076)
Outros Componentes do Resultado Abrangente		-	-
Itens que não serão reclassificados para o resultado		-	-
Remensurações em obrigações de benefício pós emprego	22	124.233	33.736
Total do resultado abrangente do exercício		(608.070)	(598.340)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais)

	2016	2015
		(Reapresentado - Nota 2.6)
Receitas	2.385.223	2.283.784
Receita de transporte ferroviário	1.338.307	1.309.157
Subvenção Recebida para Operação	987.627	926.196
Outras Receitas	60.867	56.756
Estimativa para Perda de Créditos de Liquidação Duvidosa - Ativos Financeiros	(1.578)	(8.325)
Insumos adquiridos de terceiros	(1.632.095)	(1.521.544)
Custos dos Serviços Prestados	(1.163.258)	(1.151.512)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(468.837)	(370.032)
Valor adicionado bruto	753.128	762.240
Depreciação e amortização	(281.964)	(288.576)
Valor adicionado produzido pela entidade	471.164	473.664
Valor adicionado recebido em transferência	29.281	31.716
Receitas Financeiras	29.281	31.716
Valor adicionado total a distribuir	500.445	505.380
Pessoal	947.637	925.965
Remuneração direta	724.085	713.661
Benefícios	179.208	167.373
FGTS	44.344	44.931
Impostos, Taxas e Contribuições	88.993	94.236
Federais	87.624	93.484
Estaduais	777	398
Municipais	592	354
Remuneração de Capitais de Terceiros	196.118	117.255
Juros	188.140	107.558
Aluguéis	7.978	9.697
Prejuízo do exercício	(732.303)	(632.076)
Valor adicionado distribuído	500.445	505.380

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015	Nota	2016	2015
			(Reapresentado - Nota 2.6)			(Reapresentado - Nota 2.6)
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Prejuízo do Exercício		(732.303)	(632.076)			
Depreciação / Amortização	15.2, 15.6, 16.2 e 27	281.964	288.576			
Redução ao Valor Recuperável - Impostos	5.1	(984)	509			
Redução ao Valor Recuperável - Estoques	9	(24)	826			
Redução ao Valor Recuperável - Contas a Receber de Clientes	11.2	3.357	6.488			
Redução ao Valor Recuperável - Outros Créditos	8	(795)	1.328			
Provisão - Contingências Trabalhistas e Cíveis	21.1.2	276.208	117.455			
Reversão - Contingências Trabalhistas e Cíveis	21.1.2	(78.527)	(93.409)			
Provisão - Previdenciárias	21.2	(10.368)	(50.418)			
Despesa com Previdência Privada		102.056	78.975			
Baixa do Ativo Imobilizado	15.1, 15.2 e 15.6	13.953	2.623			
Prejuízo ajustado		(145.463)	(279.123)			
(Acréscimo) / decréscimo do ativo circulante e não circulante						
Contas a Receber de Clientes		(5.601)	(3.559)			
Tributos a Recuperar		7.734	4.246			
Adiantamentos a Empregados		1.116	(757)			
Adiantamentos Diversos		6.763	(5.003)			
Indenizações Trabalhistas a Reembolsar		-	8.441			
Estoques		(9.791)	4.095			
Cauções e Depósitos Judiciais/Recursais		(26.991)	35.124			
Despesas de Exercícios Seguintes		244	291			
Convênios Operacionais		494	75			
Outros Créditos		16.822	(12.245)			
(Acréscimo) / decréscimo do ativo não circulante mantido para venda						
Ativo não Circulante Mantido para Venda		180	923			
Acréscimo / (decréscimo) do passivo circulante e não circulante						
Fornecedores		58.347	47.050			
Garantias Contratuais		23	2.018			
Pessoal e Encargos Sociais		18	1.224			
Obrigações Sociais e Trabalhistas		5.178	11.220			
Impostos, Taxas e Contribuições		4.666	1.466			
Tributos Parcelados		(2.754)	(4.368)			
Contingências Liquidadas		(85.812)	(80.876)			
Receitas Diferidas		19.959	4.897			
Programa de Partic. Resultados - PPR		1.044	34.721			
Convênios Operacionais		(8)	-			
Contas a Pagar		7.927	4.147			
Caixa líquido nas atividades operacionais		(145.905)	(225.993)			
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos						
Compra de Imobilizado / Intangível	15.1, 15.6 e 16	(653.209)	(492.901)			
Intangível - Baixa por Distrato (Ressarcimento de Valor Pago)	16	-	7.895			
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(653.209)	(485.006)			
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos						
Valor Recebido a Título de Adiantamento para Futuro						
Aumento de Capital		839.340	705.791			
Pagamento de Arrendamento Mercantil Financeiro		(35.326)	(15.501)			
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		804.014	690.290			
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa		4.900	(20.709)			
Caixa e equivalente de caixa no início do período		38.315	59.024			
Caixa e equivalente de caixa no fim do período		43.215	38.315			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diversa)

1. Informações gerais
A COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM ("CPTM" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, de capital autorizado, constituída pela Lei Estadual nº 7.861, de 28 de maio de 1992, e com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, tem por objeto social preponderante a exploração dos serviços de transporte de passageiros, sobre trilhos ou guiados, nas entidades regionais do Estado de São Paulo, abrangendo as regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, na forma do artigo 158 da Constituição do Estado de São Paulo.

A CPTM opera em 22 municípios, através de 91 estações, sendo sua tarifa de caráter social. Também oferta transporte gratuito, por transferência interna e externa e a usuários especiais (desempregados, idosos, deficientes entre outros), bem como promove o transporte integrado com o modal rodoviário, através de tarifas incentivadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, nos termos da Lei

nº 16.083 de 28/12/2015 e dos Decretos nº 62.047 de 22/06/2016, nº 62.237 de 25/10/2016, nº 62.289 de 06/12/2016 e nº 62.378 de 27/12/2016, o Governo do Estado de São Paulo, na condição de acionista majoritário, repassou recursos financeiros à CPTM da ordem de R\$ 1.826.967 (R\$ 1.631.987 em 2015), sendo R\$ 839.340 (R\$ 705.791 em 2015) referentes a aportes para investimentos e R\$ 987.627 (R\$ 926.196 em 2015) relativos a aportes para subvenção.

A emissão destas Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 06 de março de 2017.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação
As demonstrações contábeis da CPTM foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as disposições da legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas divulgadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2. Demonstração do valor adicionado
A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstr



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado e divulgado por essa Companhia.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas ao menos anualmente.

Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão evidenciados em notas explicativas:

- Estimativa para perda com crédito de liquidação duvidosa (Notas 5, 8 e 11);
- Estimativa para perda ao valor recuperável de estoques (Nota 9);
- Vidas úteis de ativos imobilizados e intangíveis (Notas 15 e 16);
- Provisões para contingências (Nota 21) e;
- Provisões para benefícios a empregados (Nota 22).

2.6. Reapresentação dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis correspondentes de 31 de dezembro de

2015 originalmente aprovadas pela Diretoria em 03 de março de 2016, e os saldos iniciais de 1º de janeiro de 2015 do Balanço Patrimonial (que foram derivados das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014), estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, para melhor refletir as operações da Companhia.

Para tanto, a Administração da Companhia revisou a forma de contabilização e apresentação dos saldos das demonstrações contábeis, considerando os ativos, passivos e resultado relacionados aos seguintes itens:

- (a) Reconhecimento de despesas à título de indenização, decorrentes de ações trabalhistas, cujo montante depositado por esta Companhia já havia sido levantado pelo reclamante;
- (b) Reconhecimento de depreciação decorrente da transferência de ativos registrados em "Imobilizado Técnico em Andamento" para "Imobilizado em Operação", nos termos do CPC 27 - Ativo Imobilizado;
- (c) Reconhecimento de depreciação sobre ativos que compõem a Linha

5 Lilás, período de 2012 a 2015, visando adequação do saldo residual para transferência futura à Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRO;

(d) Reconhecimento em resultado de ativos registrados em Imobilizado Técnico em Andamento os quais não atendiam aos requerimentos do CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual e CPC 27 - Ativo Imobilizado;

(e) Reconhecimento em resultado de ativos registrados em Intangível os quais não atendiam aos requerimentos do CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual e CPC 04 - Intangível;

(f) Reconhecimento de amortização decorrente da transferência de ativos registrados em "Imobilizado Técnico em Andamento" para "Intangível", nos termos do CPC 04 - Intangível.

Dessa forma, para fins de adequar a informação comparativa de exercícios anteriores, realizamos a reclassificação contábil para as informações de 31 de dezembro de 2015 e 01 de janeiro de 2015.

Abaixo demonstramos um resumo das demonstrações contábeis originalmente apresentadas, comparativas às demonstrações ora reapresentadas, bem como uma breve descrição de cada ajuste.

	Ativo					1º de janeiro de 2015
	Original	Ajuste 1 Depósitos Judiciais	Ajuste 2 Depreciação/Amortização	Ajuste 3 Baixa para Resultado	Reclassificações	
Ativo circulante						
Caixa e Equivalentes de Caixa	59.024	-	-	-	-	59.024
Contas a Receber de Clientes	12.002	-	-	-	-	12.002
Impostos a Recuperar	22.322	-	-	-	-	22.322
Adiantamentos a Empregados	8.363	-	-	-	-	8.363
Adiantamentos Diversos	16.424	-	-	-	-	16.424
Indenizações Trabalhistas a Reembolsar	8.441	-	-	-	-	8.441
Outros Créditos	7.272	-	-	-	-	7.272
Estoques	110.189	-	-	-	-	110.189
Despesas de Exercícios Seguintes	3.579	-	-	-	-	3.579
Total do ativo circulante	247.616	-	-	-	-	247.616
Ativo não circulante mantido para venda	1.175	-	-	-	-	1.175
Ativo não circulante						
Realizável a longo prazo	355.528	(3.051)	-	-	-	352.477
Contas a Receber de Clientes	7.543	-	-	-	-	7.543
Depósitos Judiciais e Recursais	305.445	(3.051) (a)	-	-	-	302.394
Outros Créditos	1.436	-	-	-	-	1.436
Convênios Operacionais	41.104	-	-	-	-	41.104
Investimento	149	-	-	-	-	149
Imobilizado	10.161.947	-	(88.281)	(31.885)	-	10.041.781
Imobilizado em Uso/Andamento	8.169.718	-	(10.414) (b)	(31.885) (d)	-	8.127.419
Imobilizado Líquido - Extensão Leste	696.820	-	-	-	-	696.820
Imobilizado Linha 5 Lilás	1.295.409	-	(77.867) (c)	-	-	1.217.542
Intangível	29.768	-	(494) (f)	(2.092) (e)	-	27.182
Total do ativo não circulante	10.547.392	(3.051)	(88.775)	(33.977)	-	10.421.589
Total	10.796.183	(3.051)	(88.775)	(33.977)	-	10.670.380

	Passivo					1º de janeiro de 2015
	Original	Ajuste 1 Depósitos Judiciais	Ajuste 2 Depreciação/Amortização	Ajuste 3 Baixa para Resultado	Reclassificações	
Passivo circulante						
Fornecedores	205.639	-	-	-	(1.346) (h)	204.293
Garantias Contratuais	-	-	-	-	959 (g) (h)	959
Operações de Arrend. Merc. Financeiro	55.897	-	-	-	-	55.897
Pessoal e Encargos Sociais	14.087	-	-	-	-	14.087
Obrigações Sociais e Trabalhistas	65.506	-	-	-	-	65.506
Impostos, Taxas e Contribuições	19.088	-	-	-	-	19.088
Tributos Parcelados	4.748	-	-	-	-	4.748
Contas a Pagar	11.786	-	-	-	(366) (g)	11.420
Receitas Diferidas	9.757	-	-	-	-	9.757
Programa Participação Resultados - PPR	-	-	-	-	-	-
Total do passivo circulante	386.508	-	-	-	(753)	385.755
Passivo não circulante						
Garantias Contratuais	-	-	-	-	753 (g) (h)	753
Operações de Arrend. Merc. Financeiro	796.573	-	-	-	-	796.573
Tributos Parcelados	2.374	-	-	-	-	2.374
Contas a Pagar	16.018	-	-	-	-	16.018
Convênios Operacionais	41.207	-	-	-	-	41.207
Provisões para Contingências	844.178	-	-	-	-	844.178
Provisões para Benef. a Empregados	308.589	-	-	-	-	308.589
Receitas Diferidas	9.630	-	-	-	-	9.630
Bens Cedidos do METRÔ - Extensão Leste	696.820	-	-	-	-	696.820
Total do passivo não circulante	2.715.389	-	-	-	753	2.716.142
Patrimônio líquido						
Capital Social	11.328.779	-	-	-	-	11.328.779
Reservas de Reavaliação	630.392	-	-	-	-	630.392
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(114.976)	-	-	-	-	(114.976)
Prejuízos Acumulados	(5.378.695)	(3.051) (a)	(88.775) (b) (c) (f)	(33.977) (d) (e)	-	(5.504.498)
Total do patrimônio líquido	6.465.500	(3.051)	(88.775)	(33.977)	-	6.339.697
Adiantamentos para Aumento de Capital	1.228.786	-	-	-	-	1.228.786
Total do patrimônio líquido	7.694.286	(3.051)	(88.775)	(33.977)	-	7.568.483
Total	10.796.183	(3.051)	(88.775)	(33.977)	-	10.670.380

	Ativo					31 de dezembro de 2015
	Original	Ajuste 1 Depósitos Judiciais	Ajuste 2 Depreciação/Amortização	Ajuste 3 Baixa para Resultado	Reclassificações	
Ativo circulante						
Caixa e Equivalentes de Caixa	38.315	-	-	-	-	38.315
Contas a Receber de Clientes	2.496	-	-	-	-	2.496
Impostos a Recuperar	17.567	-	-	-	-	17.567
Adiantamentos a Empregados	9.120	-	-	-	-	9.120
Adiantamentos Diversos	21.427	-	-	-	-	21.427
Indenizações Trabalhistas a Reembolsar	-	-	-	-	-	-
Outros Créditos	19.457	-	-	-	-	19.457
Estoques	105.268	-	-	-	-	105.268
Despesas de Exercícios Seguintes	3.288	-	-	-	-	3.288
Total do ativo circulante	216.938	-	-	-	-	216.938
Ativo não circulante mantido para venda	252	-	-	-	-	252
Ativo não circulante						
Realizável a longo prazo	327.077	(4.490)	-	-	-	322.587
Contas a Receber de Clientes	14.120	-	-	-	-	14.120
Depósitos Judiciais e Recursais	271.760	(4.490) (a)	-	-	-	267.270
Outros Créditos	168	-	-	-	-	168
Convênios Operacionais	41.029	-	-	-	-	41.029
Investimento	149	-	-	-	-	149
Imobilizado	10.411.883	-	(134.426)	(34.184)	-	10.243.273
Imobilizado em Uso/Andamento	8.419.651	-	(17.635) (b)	(34.184) (d)	-	8.367.832
Imobilizado Líquido - Extensão Leste	696.820	-	-	-	-	696.820
Imobilizado Linha 5 Lilás	1.295.412	-	(116.791) (c)	-	-	1.178.621
Intangível	22.401	-	(812) (f)	(2.092) (e)	-	19.497
Total do ativo não circulante	10.761.510	(4.490)	(135.238)	(36.276)	-	10.585.506
Total	10.978.700	(4.490)	(135.238)	(36.276)	-	10.802.696





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



Passivo
31 de dezembro de 2015

	Original	Ajuste 1 Depósitos Judiciais	Ajuste 2 Depreciação/Amortização	Ajuste 3 Baixa para Resultado	Reclassificações	Reapresentado
Passivo circulante						
Fornecedores	254.587	-	-	-	(1.898) (h)	252.689
Garantias Contratuais	-	-	-	-	1.426 (g) (h)	1.426
Operações de Arrend. Merc. Financeiro	70.844	-	-	-	-	70.844
Pessoal e Encargos Sociais	15.311	-	-	-	-	15.311
Obrigações Sociais e Trabalhistas	76.726	-	-	-	-	76.726
Impostos, Taxas e Contribuições	20.554	-	-	-	-	20.554
Tributos Parcelados	2.754	-	-	-	-	2.754
Contas a Pagar	15.826	-	-	-	(120) (g)	15.706
Receitas Diferidas	15.170	-	-	-	-	15.170
Programa Partic. Resultados - PPR	34.721	-	-	-	-	34.721
Total do passivo circulante	506.493	-	-	-	(592)	505.901
Passivo não circulante						
Garantias Contratuais	-	-	-	-	592 (g) (h)	592
Operações de Arrend. Merc. Financeiro	766.125	-	-	-	-	766.125
Contas a Pagar	16.245	-	-	-	-	16.245
Convênios Operacionais	41.207	-	-	-	-	41.207
Provisões para Contingências	736.930	-	-	-	-	736.930
Provisões para Benef. a Empregados	353.828	-	-	-	-	353.828
Receitas Diferidas	9.114	-	-	-	-	9.114
Bens Cedidos do METRÔ - Extensão Leste	696.820	-	-	-	-	696.820
Total do passivo não circulante	2.620.269	-	-	-	592	2.620.861
Patrimônio líquido						
Capital Social	11.328.779	-	-	-	-	11.328.779
Reservas de Reavaliação	581.728	-	-	-	-	581.728
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(81.240)	-	-	-	-	(81.240)
Prejuízos Acumulados	(5.911.906)	(4.490) (a)	(135.238) (b) (c) (f)	(36.276) (d) (e)	-	(6.087.910)
Total do patrimônio líquido	5.917.361	(4.490)	(135.238)	(36.276)	-	5.741.357
Adiantamentos para Aumento de Capital	1.934.577	-	-	-	-	1.934.577
Total do patrimônio líquido	7.851.938	(4.490)	(135.238)	(36.276)	-	7.675.934
Total	10.978.700	(4.490)	(135.238)	(36.276)	-	10.802.696

31 de dezembro de 2015

Demonstração do resultado dos exercícios

	Original	Ajuste 1 Depósitos Judiciais	Ajuste 2 Depreciação/Amortização	Ajuste 3 Baixa para Resultado	Reapresentado
Receita Líquida	2.258.512	-	-	-	2.258.512
Custos dos Serviços Prestados	(2.180.808)	-	(6.701) (b)	(792) (d)	(2.188.301)
Lucro Bruto	77.704	-	(6.701)	(792)	70.211
Despesas administrativas	(457.085)	(1.439) (a)	(39.762) (b) (c) (f)	(1.507) (d) (e)	(499.793)
Outras receitas (despesas) líquidas	(126.652)	-	-	-	(126.652)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	(506.033)	(1.439)	(46.463)	(2.299)	(556.234)
Receitas financeiras	31.716	-	-	-	31.716
Despesas financeiras	(107.558)	-	-	-	(107.558)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(581.875)	(1.439)	(46.463)	(2.299)	(632.076)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	(581.875)	(1.439)	(46.463)	(2.299)	(632.076)

31 de dezembro de 2015

Demonstração dos resultados abrangentes

	Original	Ajuste 1 Depósitos Judiciais	Ajuste 2 Depreciação/Amortização	Ajuste 3 Baixa para Resultado	Reapresentado
Resultado líquido do exercício	(581.875)	(1.439) (a)	(46.463) (c) (f)	(2.299) (d) (e)	(632.076)
Resultações em obrigações de benefício pós emprego	33.736	-	-	-	33.736
Total do resultado abrangente do período	(548.139)	(1.439)	(46.463)	(2.299)	(598.340)

31 de dezembro de 2015

Demonstração dos fluxos de caixa

	Original	Ajuste 1 Depósitos Judiciais	Ajuste 2 Depreciação/Amortização	Ajuste 3 Baixa para Resultado	Reclassificações	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Prejuízo do Exercício	(581.875)	(1.439) (a)	(46.463) (c) (f)	(2.299) (d) (e)	-	(632.076)
Depreciação / Amortização	242.113	-	46.463 (c) (f)	-	-	288.576
Redução ao Valor Recuperável - Impostos	509	-	-	-	-	509
Redução ao Valor Recuperável - Estoques	826	-	-	-	-	826
Redução ao Valor Recuperável - Contas a Receber de Clientes	6.488	-	-	-	-	6.488
Redução ao Valor Recuperável - Outros Créditos	1.328	-	-	-	-	1.328
Provisão - Contingências Trabalhistas e Cíveis	117.455	-	-	-	-	117.455
Reversão - Contingências Trabalhistas e Cíveis	(93.409)	-	-	-	-	(93.409)
Provisão - Previdenciárias	(50.418)	-	-	-	-	(50.418)
Despesa com Previdência Privada	78.975	-	-	-	-	78.975
Baixa do Ativo Imobilizado	324	-	-	2.299 (d) (e)	-	2.623
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	-	-
Prejuízo ajustado	(277.684)	(1.439)	-	-	-	(279.123)
(Acréscimo) / decréscimo do ativo circulante e não circulante						
Contas a Receber de Clientes	(3.559)	-	-	-	-	(3.559)
Impostos a Recuperar	4.246	-	-	-	-	4.246
Adiantamentos a Empregados	(757)	-	-	-	-	(757)
Adiantamentos Diversos	(5.003)	-	-	-	-	(5.003)
Indenizações Trabalhistas a Reembolsar	8.441	-	-	-	-	8.441
Estoques	4.095	-	-	-	-	4.095
Cauções e Depósitos Judiciais/Recursais	33.685	1.439 (a)	-	-	-	35.124
Despesas de Exercícios Seguintes	291	-	-	-	-	291
Convênios Operacionais	75	-	-	-	-	75
Outros Créditos	(12.245)	-	-	-	-	(12.245)
(Acréscimo) / decréscimo do ativo não circulante-mantido para venda						
Ativo não Circulante Mantido para Venda	923	-	-	-	-	923
(Acréscimo) / decréscimo do passivo circulante e não circulante						
Fornecedores	48.948	-	-	-	(1.898) (h)	47.050
Garantias Contratuais	-	-	-	-	2.018 (g) (h)	2.018
Pessoal e Encargos Sociais	1.224	-	-	-	-	1.224
Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.220	-	-	-	-	11.220
Impostos, Taxas e Contribuições	1.466	-	-	-	-	1.466
Tributos Parcelados	(4.368)	-	-	-	-	(4.368)
Contingências Liquidadas	(80.876)	-	-	-	-	(80.876)
Receitas Diferidas	4.897	-	-	-	-	4.897
Programa de Participação nos Resultados - PPR	34.721	-	-	-	-	34.721
Convênios Operacionais	-	-	-	-	-	-
Contas a Pagar	4.267	-	-	-	(120) (g)	4.147
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(225.993)	-	-	-	-	(225.993)
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos						
Compra de Imobilizado / Intangível	(492.901)	-	-	-	-	(492.901)
Intangível - Baixa por Distrato (Ressarcimento de Valor Pago)	7.895	-	-	-	-	7.895
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(485.006)	-	-	-	-	(485.006)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos						
Valor Recebido a Título de Adiantamento para Futuro						
Aumento de Capital	705.791	-	-	-	-	705.791
Pagamento de Arrendamento Mercantil Financeiro	(15.501)	-	-	-	-	(15.501)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	690.290	-	-	-	-	690.290
Redução de caixa e equivalente de caixa	(20.709)	-	-	-	-	(20.709)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	59.024	-	-	-	-	59.024
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	38.315	-	-	-	-	38.315





31 de dezembro de 2015
Demonstração do valor adicionado

	Original	Ajuste 1 Depósitos Judiciais	Ajuste 2 Depreciação/Amortização	Ajuste 3 Baixa para Resultado	Reapresentado
Receitas	2.283.784	-	-	-	2.283.784
Receita Operacional Tarifária	1.309.157	-	-	-	1.309.157
Subvenção Recebida para Operação	926.196	-	-	-	926.196
Outras Receitas	56.756	-	-	-	56.756
Provisão para Perda de Créditos - Ativos Financeiros	(8.325)	-	-	-	(8.325)
Insumos adquiridos de terceiros	(1.517.806)	(1.439)	-	(2.299)	(1.521.544)
Custos dos Serviços Prestados	(1.150.720)	-	-	(792) (d)	(1.151.512)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(367.086)	(1.439) (a)	-	(1.507) (e)	(370.032)
Valor adicionado bruto	765.978	(1.439)	-	(2.299)	762.240
Depreciação e amortização	(242.113)	-	(46.463)	-	(288.576)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	523.865	(1.439)	(46.463)	(2.299)	473.664
Valor adicionado recebido em transferência	31.716	-	-	-	31.716
Receitas Financeiras	31.716	-	-	-	31.716
Valor adicionado total a distribuir	555.581	(1.439)	(46.463)	(2.299)	505.380
Pessoal	925.965	-	-	-	925.965
Remuneração direta	713.661	-	-	-	713.661
Benefícios	167.373	-	-	-	167.373
FGTS	44.931	-	-	-	44.931
Impostos, Taxas e Contribuições	94.236	-	-	-	94.236
Federais	93.484	-	-	-	93.484
Estaduais	398	-	-	-	398
Municipais	354	-	-	-	354
Remuneração de Capitais de Terceiros	117.255	-	-	-	117.255
Juros	107.558	-	-	-	107.558
Aluguéis	9.697	-	-	-	9.697
Prejuízo do exercício	(581.875)	(1.439)	(46.463)	(2.299)	(632.076)
Valor adicionado distribuído	555.581	(1.439)	(46.463)	(2.299)	505.380

- (a) Reconhecimento de despesas à título de indenização, decorrentes de ações trabalhistas, cujo montante depositado por esta Companhia já havia sido levantado pelo reclamante.
- (b) Reconhecimento de depreciação decorrente da transferência de ativos registrados em "Imobilizado Técnico em Andamento" para "Imobilizado em Operação", nos termos do CPC 27 - Ativo Imobilizado.
- (c) Reconhecimento de depreciação sobre ativos que compõem a Linha 5 Lilás, período de 2012 a 2015, visando adequação do saldo residual para transferência futura à Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRO.
- (d) Reconhecimento em resultado de ativos registrados em Imobilizado Técnico em Andamento os quais não atendiam aos requerimentos do CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual e CPC 27 - Ativo Imobilizado.
- (e) Reconhecimento de ativos registrados em Intangível os quais não atendiam aos requerimentos do CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual e CPC 04 - Intangível.
- (f) Reconhecimento de amortização decorrente da transferência de ativos registrados em "Imobilizado Técnico em Andamento" para "Intangível", nos termos do CPC 04 - Intangível.
- (g) Reclassificação da rubrica "Contas a pagar" para "Garantias contratuais" para melhor evidenciamento da informação.
- (h) Reclassificação da rubrica "Fornecedores" para "Garantias contratuais" para melhor evidenciamento da informação.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata.

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins nesta Companhia.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os recursos financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente no resultado do exercício.

3.2. Ativos financeiros

3.2.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, sob as categorias (a) mensuradas ao valor justo por meio do resultado, (b) empréstimos e recebíveis e (c) disponíveis para venda.

3.2.1(a) Ativos Financeiros a Valor Justo Por Meio do Resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

Em geral, os ativos dessa categoria são classificados como aplicações financeiras de curto prazo, no ativo circulante. Aqueles com vencimento original acima de um ano podem ser classificados como aplicações financeiras de curto prazo baseado na intenção e habilidade da administração em resgatá-los em período menor que um ano bem como, considerando-se a natureza de alta liquidez e pelo fato de representarem uma caixa disponível para operações correntes.

Nessa categoria, estão classificadas Caixa e Equivalentes de Caixa.

3.2.1(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Nessa categoria, estão classificadas as Contas a Receber de Clientes e Outros Créditos.

3.2.1(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são instrumentos não derivativos que não são classificados em nenhuma outra categoria. São apresentados como ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. São classificados nesta categoria ativos mantidos para venda, retirados da atividade operacional da Companhia.

3.2.2. Reconhecimento inicial e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

3.2.2(a). Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são reconhecidos e mensurados pelo valor justo, e os custos da transação são debitados ao resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são reconhecidos no resultado, no período em que ocorrerem.

3.2.2(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

3.2.2(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos pelo valor justo e os juros e as atualizações monetárias são registrados no resultado. Quando os ativos classificados como disponíveis para venda são liquidados ou sofrem perda por redução ao valor recuperável (impairment), os ajustes acumulados do valor justo são reconhecidos no resultado abrangente.

3.2.3. Redução ao valor de recuperação de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir: i) indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante; ii) probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira; iii) "default" ou atraso de pagamento de juros ou principal; iv) e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com "defaults". O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão e o valor da perda é reconhecido no resultado. Se, em um exercício subsequente, o

valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, à perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

3.3. Passivos financeiros

3.3.1. Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial na categoria de "outros passivos financeiros".

Nessa categoria, estão classificados Fornecedores, Garantias Contratuais e Contas a Pagar.

3.3.2. Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e acrescidos do custo da transação diretamente relacionado, quando aplicável.

Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são remensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. As despesas com juros e encargos são reconhecidas no resultado, no período em que ocorrerem.

3.4. Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo valor líquido realizável e não incluem juros, ajustadas pela constituição de estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosa, cuja base é o histórico de inadimplência e análise individual de cada crédito, em montante considerado suficiente pela Administração para a cobertura de perdas na realização das contas a receber.

3.5. Estoques

Os estoques da Companhia são destinados ao uso e consumo na prestação de serviço de transporte e estão avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição, sendo constituída, quando aplicável, estimativa para perda de valor recuperável em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

3.6. Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa.

Esses ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos o custo de venda.

3.7. Depósitos judiciais/recursais

Tratam-se de depósitos de natureza transitória, revertidos ou não à CPTM por decisão judicial, quando do encerramento da respectiva ação. São apropriados em conta de Ativo, permanecendo, desta forma, registrados até que haja a destinação do valor depositado, ou seja, disponibilizado ao reclamante - baixado como despesa da Companhia ou revertido à CPTM. São reconhecidos quando do desembolso pelo valor efetivamente depositado.

3.8. Imobilizado

O Imobilizado é reconhecido pelo custo histórico de sua aquisição e/ou construção, acrescido de valores das melhorias e/ou reformas, e apresentado pelo montante líquido dos efeitos de depreciação, calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 16.

Os valores residuais, vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são os considerados como adequados nas condições atuais de registro contábil, sendo a depreciação acumulada no período reconhecida no resultado do exercício.

O Imobilizado está acrescido de reavaliação constituída no exercício de 2002, conforme Laudos de Reavaliação emitidos em 31 de maio de 2002 pela empresa Aerocarta S.A. - Engenharia de Aerolevantamentos, que contemplou os bens patrimoniais adquiridos até 31 de dezembro de 2000.

Ativos	Reserva de Reavaliação Base Maio/2002
Terrenos e Leito da Linha Via Permanente, Edifícios e Instalações.	579.619
Equipamentos de Transportes Ferroviários	1.027.764
Trens Unidade Elétricos	4.087
Outros Equipamentos de Transporte	857.227
Equipamentos, Máquinas e Ferramentas	5.999
Mobiliário em Geral	8.636
Outros Ativos Imobilizados	565
	1.049
	2.484.946

3.9. Intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultem de um direito legal ou outro tipo de contrato que dê à CPTM o controle efetivo do ativo. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a entidade considere provável a geração de benefícios econômicos futuros.

Os softwares adquiridos pela CPTM são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e, quando aplicável, das perdas

por *impairment*.

Despesas subsequentes com softwares são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil de 5 anos, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

3.10. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia revisa anualmente o valor contábil de seus ativos não financeiros, sujeitos à depreciação e amortização, para se assegurar que não estejam registrados contabilmente por valor que exceda seus valores de recuperação, conforme disposições previstas no pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos.

Como os ativos que compõem a estrutura ferroviária não são capazes de gerar receitas de forma individual visto que nenhum item consegue operar e, conseqüentemente, gerar entradas de caixa amplamente independentes sem que o resto da estrutura ferroviária também esteja em condições operacionais, a CPTM é considerada, para fins de testes de impairment, como uma Unidade Geradora de Caixa Única.

3.11. Fornecedores

Nas contas a pagar aos fornecedores estão considerados compromissos junto a terceiros em decorrência de serviços e materiais adquiridos para uso operacional bem como pela aquisição de ativos técnicos, cujo prazo de vencimento corresponde a 12 meses subsequentes ao exercício social encerrado.

São reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado a partir do método da taxa efetiva de juros.

3.12. Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro

Relativo ao contrato firmado pela CPTM em 19 de março de 2010 com a CTRENS - Companhia de Manutenção, na categoria de Parceria Pública Privada - PPP Administrativa, nos termos do CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil o fornecimento de 36 trens de 8 carros, totalizando 288 carros, para a substituição dos trens em operação de Linha 8 - Diamante, foi enquadrado contabilmente como uma operação de arrendamento mercantil financeiro, visto a transferência gradual dos trens à CPTM, a natureza especializada e restrita dos ativos e a inexistência de pagamentos à título de valor residual ao final do contrato.

3.13. Provisões para contingências

Provisões são reconhecidas pela Companhia diante de uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar tal obrigação, sendo possível uma estimativa confiável de seu valor.

As provisões são revisadas e ajustadas, levando-se em considerações alterações nas circunstâncias e premissas que a determinaram, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

• Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

• Contingências passivas: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação;

• Obrigações legais previdenciárias: referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis, reconhecidas com base na avaliação dos assessores legais internos.

Os planos de benefício a empregados concedidos pela Companhia são os de pensão e aposentadoria, assistência médica e odontológica, participação nos resultados e benefício de desligamento. As remensurações atuariais são reconhecidas diretamente na Demonstração do Resultado Abrangente.

Na mensuração dos benefícios de pensão e aposentadoria e pós-emprego, são usadas estatísticas e outros fatores de antecipação de futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. As premissas utilizadas foram taxa de desconto, inflação relativa ao exercício de 2016, HCCTR - Health Care Cost Trend Rate (inflação médica), taxa de rotatividade, aging fator, tábuas biométricas e projeções de vínculos futuros, que podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

Os estudos e resultados atuariais para o exercício de 2016 estão evidenciados na nota 22.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



3.15. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.16. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando esta possa ser mensurada de forma confiável.

A receita de transporte ferroviário, exploração patrimonial e permissão de passagem é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos incidentes sobre as mesmas, reconhecidas pelo regime de competência, excetuando-se a decorrer dos serviços prestados por meio da utilização de bilhete magnético, reconhecida pelo montante da venda.

A receita é gerada preponderantemente pela prestação de serviço de transporte, cuja tarifa é fixada pelo Governo do Estado de São Paulo, de caráter social e, assim sendo, em volume insuficiente para frente aos custos e despesas operacionais a ela vinculados.

A receita tarifária é gerada diretamente pela venda de bilhete de cartolina com tarja magnética intitulado Edmonson, comercializado pela Companhia para permissão de uma viagem, de uso exclusivo na ferrovia ou integrado com o modal rodoviário, e também pela utilização de bilhetes eletrônicos, cartões inteligentes com circuito integrado sem contato (Contactless SmartCard) controlados através de Sistemas de Bilhetagem Eletrônica - SBE, que identificam os créditos acumulados pelo usuário (carregamento antecipado do cartão) e sua baixa pela utilização.

Atualmente a CPTM permite a utilização de cartões eletrônicos de três Sistemas de Bilhetagem Eletrônica (SBE) distintos nos validadores dos bloqueios de nossas estações: Bilhete Único (BU), Bilhete do Ônibus Metropolitano (BOM) e BENFÁCIL.

O SBE do Bilhete Único é operacionalizado nos termos do Convênio de Integração Operacional e Tarifária nº 2005/023, datado de 06 de outubro de 2005, celebrado entre a São Paulo Transporte S/A - SPTrans, a Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ e a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, sendo que por meio do aditivo nº 01, assinado em 30 de novembro de 2007, foi incluído o Consórcio ViaQuatro como participante.

O critério de distribuição das vendas antecipadas de crédito eletrônico no SBE do Bilhete Único tem como base o percentual da utilização dos passageiros pagantes usando o cartão inteligente, valorada pelas respectivas tarifas estabelecidas por cada uma das empresas, em relação ao total antecipado pelos passageiros pagantes quando do carregamento dos créditos. Após a remuneração prioritária devida à SPTrans e à ViaQuatro, a CPTM recebe o correspondente a 37,2% do saldo das vendas antecipadas do SBE do BU.

A partir da assinatura em 01/10/2012 do Acordo para Uso de Cartão de Passagem, entre a CPTM, Metrô e CMT, e como anuentes a Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos - STM e EMTU/SP, a CPTM também passou a aceitar em seus validadores de bloqueio o cartão eletrônico do BOM, SBE gerenciado pelo Consórcio Metropolitano de Transportes - CMT, formado pelas empresas operadoras exclusivas do transporte coletivo de passageiros sobre pneus na Região Metropolitana de São Paulo, conforme contratos de concessão assinados junto à EMTU. Assim como no BU, o critério de distribuição das vendas antecipadas de crédito eletrônico no SBE do BOM tem como base o percentual da utilização dos passageiros pagantes usando o cartão inteligente, valorada pelas respectivas tarifas estabelecidas por cada uma das empresas, em relação ao total antecipado pelos passageiros pagantes quando do carregamento dos créditos.

A CPTM também assinou convênios específicos de integração operacional e tarifária com o transporte municipal sob concessão das Prefeituras de Itapevi, Jandira e Barueri. Para viabilizar estas integrações, nas estações da CPTM dentro destes municípios, também é aceito o cartão eletrônico BENFÁCIL, administrado pela empresa de ônibus Benfaca Barueri Transporte e Turismo. A remuneração financeira da CPTM é calculada com base na efetiva utilização dos créditos eletrônicos apurados a cada dez dias.

Em 2016, a utilização dos cartões dos Sistemas de Bilhetagem Eletrônica nos validadores da CPTM correspondeu a 75% do total de passageiros pagantes em temos quantitativos.

A receita de vendas de inservíveis e sucatas decorre de leilões realizados ao longo do ano, sendo reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos inservíveis e sucatas são transferidos aos arrematantes, assim sendo, a receita gerada é acumulada em conta transitória passiva até efetiva entrega, não sendo constituída provisão para perda em função da prática de retirada e não de entrega, adotada pela Companhia.

3.17. Subvenções Governamentais

A subvenção governamental tem como finalidade oferecer suporte financeiro imediato à Companhia (repasses de recursos financeiros realizados pelo Governo do Estado de São Paulo para complemento de cobertura das necessidades operacionais).

Para o exercício 2016, os repasses financeiros estão sustentados pela Lei nº 16.083 de 28/12/2015 e pelos Decretos 62.047 de 22/06/2016, 62.237 de 25/10/2016, 62.289 de 06/12/2016 e 62.378 de 27/12/2016, sem custos futuros correspondentes, e são reconhecidos no resultado conforme efetivo recebimento.

3.18. Normas e interpretações novas e revisadas

Em 2016, foram emitidas novas normas pelo International Accounting Standards Board - IASB: o IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC 48 - Instrumentos Financeiros), o IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) e o IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (ainda sem o CPC equivalente), todas com vigência após 2017.

Neste exercício, também houve revisão dos Pronunciamentos Técnicos CPC 01(R1), 04 (R1), 06 (R1), 18 (R2), 19 (R2), 20 (R1), 21 (R1), 22, 26 (R1), 27, 28, 29, 31, 33 (R1), 36 (R3), 37 (R1), 40 (R1) e 45 cujas revisões tiveram vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, adotados pela Companhia.

A CPTM não adotou de forma antecipada essas novas normas em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Valores em trânsito	4.179	3.435
Bancos	7.053	7.752
Aplicações financeiras	31.983	27.128
	43.215	38.315

Valores em trânsito referem-se a valores arrecadados nas estações da CPTM, cujo transporte e conferência do numerário são de responsabilidade de empresa transportadora de valores, contratada pela CPTM, para posterior depósito na conta corrente da CPTM, sendo este processo concluído em D+ 2, contado a partir da data da coleta de valores efetuada nas estações.

As aplicações financeiras da Companhia são realizadas na corretora do Sistema SIAFEM - Sistema de Administração Financeira de Estados

e Municípios, administrado pela Secretaria da Fazenda, conforme determinado pelo Decreto 60.244 de 14 de março de 2014.

5. Tributos a recuperar

	2016	2015
IR/CSLL a compensar	9.374	16.764
Outros	1.443	1.787
	10.817	18.551
Redução ao valor recuperável	-	(984)
	10.817	17.567

Para o exercício de 2016, a Companhia não identificou a necessidade de constituir estimativa para redução ao valor recuperável (R\$ 984 em 2015).

5.1. Movimentação para redução ao valor recuperável:

	2016	2015
Saldo inicial	984	475
Adições	-	519
Baixas	(984)	(10)
	-	984

6. Adiantamentos diversos

	2016	2015
Adiantamentos a fornecedores ¹	13.838	20.916
Adiantamentos para despesas da empresa	826	511
	14.664	21.427

¹Os adiantamentos a fornecedores referem-se a tributos aduaneiros pagos pela CPTM, mas que são efetivamente devidos por contratadas e que são recuperados via retenção por ocasião da ocorrência de evento contratual específico.

7. Indenizações trabalhistas a reembolsar

Refere-se a valores pagos pela CPTM correspondentes a decisões judiciais, transitadas em julgado, envolvendo complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários da FEPASA, embasada nas Leis Paulistas 4.819 de 1958 e 9.343 de 1996, nas quais a CPTM é incluída, pelo reclamante, no polo passivo, juntamente com a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Através do Parecer PA1000288-601078/2010 de 31/01/2010, a Procuradoria Geral do Estado - PGE reconhece que a obrigação de pagar é do Estado de São Paulo e a CPTM tem o direito de ser reembolsada dos desembolsos financeiros que realizou a esse título.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não haviam valores nestas condições a serem contabilizados.

8. Outros créditos

8.1. Composição por natureza do crédito:

	Circulante		Não circulante	
	2016	2015	2016	2015
Distrato contratual ¹	-	7.895	-	-
Penalidades e multas contratuais	801	4.993	-	-
Cessão de empregados	387	2.601	-	-
Venda de bilhetes	527	1.234	-	-
Acordos - ações judiciais	291	645	-	-
Prestação de serviços	132	306	-	-
Outros	1.369	1.783	-	-
INSS - Ressarcimento Convênio	-	-	1.562	1.562
Entidades Diversas	-	-	6.846	6.142
Outras	-	-	3	1.579
	3.507	19.457	8.411	9.283

Estimativa para perda com crédito de liquidação duvidosa

	-	-	(8.320)	(9.115)
	3.507	19.457	91	168

¹Montante transferido do Intangível, em função de rescisão contratual amigável (Nota 16.1).

8.2. Composição da estimativa para perda com crédito de liquidação duvidosa:

	2016		2015	
	Estimativa para perda com crédito de liquidação duvidosa	Valor líquido	Estimativa para perda com crédito de liquidação duvidosa	Valor líquido
INSS - Ressarcimento Convênio Entidades	1.562	(1.562)	-	-
Diversas	6.846	(6.755)	91	6.142
Outras	3	(3)	-	1.579
	8.411	(8.320)	91	9.283

Para o exercício de 2016, decorrentes de análises realizadas pela Administração, a Companhia identificou a necessidade de constituição de estimativa para perda com créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 8.320 (R\$ 9.115 em 2015).

8.3. Movimentação da estimativa para perda com crédito de liquidação duvidosa:

	2016	2015
Saldo inicial	9.115	7.787
Adições	1.823	1.407
Baixas	(2.618)	(79)
	8.320	9.115

12.1. Movimentação no período

	2015	Adições	Ao reclamante	Reversões À CPTM	2016
(Reapresentado)	11.027	-	-	-	11.027
Cíveis	57.834	1.058	(1.173)	(1.270)	62.220
Recursais	3.379	11.780	(1.314)	(6.080)	4.692
Trabalhistas	195.030	2.208	(746)	(149)	217.707
Tributários	267.270	25.849	-	(3.172)	294.261
	267.270	40.895	(3.233)	(10.671)	294.261

	2014	Adições	Ao reclamante	Reversões À CPTM	2015
(Reapresentado)	84.720	-	-	-	84.720
Cíveis	49.317	33.482	(106.269)	(906)	57.834
Recursais	4.454	12.329	(363)	(3.449)	3.379
Trabalhistas	163.903	364	(1.439)	-	195.030
Tributários	302.394	31.127	-	-	267.270
	302.394	77.302	(108.071)	(4.355)	267.270

13. Convênios operacionais

	2016		2015	
	CBTU	RFFSA	Total	Total
Ativo não circulante				
CBTU	13.962	-	13.962	14.456
RFFSA	-	7.054	7.054	7.054
ERMAP ¹	-	19.519	19.519	19.519
	13.962	26.573	40.535	41.029
Passivo não circulante				
CBTU	15.851	-	15.851	15.859
RFFSA	-	18	18	18
ERMAP ¹	-	25.330	25.330	25.330
	15.851	25.348	41.199	41.207
Líquido a receber (a pagar)	(1.889)	1.225	(664)	(1.403)

¹ O ERMAP (Escritório Regional da Malha Paulista, extinta FEPASA) foi incorporado à administração da extinta RFFSA.

9. Estoques

Os estoques da Companhia são compostos por insumos necessários à sua operação e manutenção, composto por:

	2016	2015
Material ferroviário e de uso geral	109.337	97.293
Material de escritório	1.031	827
Material inservível e sucata	1.411	1.627
Material em análise	158	572
Bilhetes	228	414
Material a devolver - reprova por laudo	25	47
Materiais em poder de terceiros	3.695	5.314
	115.885	106.094
Redução ao valor recuperável	(802)	(826)
	115.083	105.268

9.1. Movimentação para redução ao valor recuperável:

	2016	2015
Saldo inicial	826	-
Adições	241	826
Baixas	(265)	-
	802	826

Em 2016, os levantamentos para identificação de itens obsoletos e inservíveis tiveram por foco a alienação dos itens já identificados nestas condições, a partir da formação do preço de venda e da realização de leilões específicos.

Em relação à esta primeira etapa de trabalho, referente ao universo de itens selecionados para avaliação, a apuração demonstra o percentual de 1% de itens para descarte.

10. Ativos mantidos para venda

Refere-se a ativo identificado como não mais utilizado no processo operacional, em virtude de sua obsolescência técnica.

No exercício findo em 31/12/2014, foi efetivada a transferência do saldo de imobilizado para ativos mantidos para venda, pelo menor entre o seu valor contábil e seu valor justo menos as despesas estimadas para venda desse bem, tendo sido reconhecida diretamente em resultado a perda identificada na avaliação.

A Companhia previa a realização da venda destes ativos no máximo em 1 ano, a partir da referida reclassificação contábil, fato que não ocorreu em sua plenitude.

Em 31 de dezembro de 2016, os fatores que impossibilitaram a venda foram reavaliados e considerados no processo periódico de avaliação do valor recuperável do bem (*impairment*) como não necessária a constituição de provisão para perda ao valor recuperável, assim como não identificáveis outros ativos nestas condições.

	2015	Baixa por venda	2016
Trens unidades elétricos	252	(180)	72

11. Contas a receber de clientes

As contas a receber correspondem aos valores decorrentes do uso compartilhado de linhas, de instalações, equipamentos e de prestação de serviços, conforme Convênio Operacional firmado entre as partes.

O procedimento, em se constatando a inadimplência e a ausência de possibilidade de liquidação de créditos pendentes, é a transferência dos títulos para o não circulante e a constituição de estimativa para perda dos créditos de liquidação duvidosa.

Nestas condições, para o exercício de 2016, a Companhia identificou a necessidade de constituição de estimativa para perda com crédito de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 12.536 (R\$ 9.179 em 2015).

11.1. Composição:

	Circulante		Não circulante	
	2016	2015	2016	2015
Convênio Operacional - uso mútuas linhas	1.412	1.123	15.431	12.313
Termos de permissão de uso - exploração patrimonial	1.685	1.373	12.868	10.986
	3.097	2.496	28.299	23.299
Estimativa para perda de crédito de liquidação duvidosa	-	-	(12.536)	(9.179)
	3.097	2.496	15.763	14.120

11.2. Movimentação da estimativa para perda de crédito de liquidação duvidosa:

	2016	2015
Saldo inicial	9.179	2.691
Adições	4.599	6.905
Baixas	(1.242)	(417)
	12.536	9.179

12. Depósitos judiciais/recursais

Os depósitos judiciais e recursais efetuados pela Companhia está composto por:

Natureza dos depósitos	2016	2015
		(Reapresentado)
Cíveis	9.642	11.027
Recursais	62.220	57.834
Trabalhistas	4.692	3.379
Tributários	217.707	195.030
	294.261	267.270





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



O Convênio firmado com a CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos visa estabelecer as condições básicas necessárias à continuidade dos serviços após a transferência da CBTU-STU/SP para o âmbito da CPTM, bem como a prestação mútua de serviços, decorrente do Protocolo e Justificação da Cisão da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, ocorrida em 26/05/1994.

passivos da empresa, estando, na data de 31/12/2016 encerrados os trabalhos de avaliação documental pelo responsável pela inventariança da referida Empresa. Como para ambos os casos, há o reconhecimento de passivo decorrente dos mesmos instrumentos de sustentação para os créditos pendentes, passíveis de encontro de contas, não é constituída estimativa para perda com crédito duvidoso.

sendo que a participação em empresas de telefonia não atribuem à CPTM controle ou influência sobre as mesmas, sendo registradas pelo custo histórico.

	2016	2015
Ações de telefonia	117	117
Obras de arte pictóricas	32	32
	149	149

15. Imobilizado em uso/andamento

	2016			2015		
						(Reapresentado)
	Taxas de depreciação	Custo reavaliado	Custo original	Custo total	Custo reavaliado	Custo original
Equipamentos de giro	-	-	4.473	4.473	-	4.436
Terrenos e leito de linha	-	538.715	1.231.189	1.769.904	543.475	1.168.573
Via permanente, edifícios e instalações	1,25% a 6,66%	991.715	2.950.856	3.942.571	1.000.093	2.600.463
Equipamentos de transportes ferroviários	6,66% a 10%	2.657	813	3.470	2.657	813
Trens unidades elétricas	2,50% a 7,14%	315.061	2.423.783	2.738.844	323.416	2.442.246
Outros equipamentos de transporte	5,55% a 33,33%	5.406	118.792	124.198	5.406	118.792
Equipamentos, máquinas e ferramentas	4% a 33,33%	8.135	267.643	275.778	7.495	248.761
Mobiliário em geral	4,34% a 33,33%	631	74.288	74.919	620	72.057
Imobilizações em andamento	-	-	2.872.002	2.872.002	-	2.686.788
Outros ativos imobilizados	-	35	35.584	35.619	713	28.187
		1.862.355	9.979.423	11.841.778	1.883.875	9.371.116
		(1.083.279)	(2.003.074)	(3.086.353)	(1.042.974)	(1.844.185)
		779.076	7.976.349	8.755.425	840.901	7.526.931
						8.367.832

15.1. Movimentação do período (Custo de aquisição):

	2015		2016	
	(Reapresentado)	Adição	Transferências	Baixa
Equipamentos de giro	4.436	37	-	-
Terrenos e leito de linha	1.712.048	10.402	55.516	(8.062)
Via permanente, edifícios e instalações	3.600.556	1.934	354.806	(14.725)
Equipamentos de transportes ferroviários	3.470	-	-	-
Trens unidades elétricas	2.765.662	-	-	(26.818)
Outros equipamentos de transporte	124.198	-	-	-
Equipamentos, máquinas e ferramentas	256.256	74	21.117	(1.669)
Mobiliário em geral	72.677	50	2.642	(450)
Imobilizações em andamento	2.686.788	636.849	(451.006)	(629)
Outros ativos imobilizados	28.900	50	6.813	(144)
	11.254.991	649.396	(10.112)	(52.497)
				11.841.778

Transferências:
(a) R\$ 548 Reclassificação de desapropriações de terrenos da Linha 5 Cedida ao Metrô (Nota 15.6.2) anteriormente classificadas em imobilizações em andamento;
(b) R\$ 9.561 Transferência entre os grupos do Imobilizado em Andamento para o Intangível (Nota 16.1) de acordo com o objeto dos contratos finalizados no período de 2016;
(c) R\$ 3 Transferência entre os subgrupos de custo e de depreciação deste grupo patrimonial.

	2014		2015	
	(Reapresentado)	Adição	Transferências	Baixa
Equipamentos de giro	3.948	488	-	-
Terrenos e leito de linha	1.568.126	1.041	142.949	(68)
Via permanente, edifícios e instalações	3.072.700	5.591	523.207	(942)
Equipamentos de transportes ferroviários	3.470	-	-	-
Trens unidades elétricas	2.749.318	8.864	7.501	(21)
Outros equipamentos de transporte	124.266	-	-	(68)
Equipamentos, máquinas e ferramentas	220.611	256	36.295	(906)
Mobiliário em geral	56.357	10.212	6.463	(355)
Imobilizações em andamento	2.951.472	458.689	(723.373)	-
Outros ativos imobilizados	24.460	577	4.182	(319)
	10.774.728	485.718	(2.776)	(2.679)
				11.254.991

Transferência vinculada ao Grupo Ativo Imobilizado Linha 5 Lilás (Nota 15.6) no valor de R\$ 3 e Grupo Intangível (Nota 16.1) no valor de R\$ 2.773.

15.2. Movimentação do período (depreciação):

	2015		2016	
	(Reapresentado)	Adição	Transferências	Baixa
Via permanente, edifícios e instalações	1.328.082	131.334	-	(3)
Equipamentos de transportes ferroviários	3.470	-	-	-
Trens unidades elétricas	1.266.155	74.200	-	(25.795)
Outros equipamentos de transporte	37.036	5.935	-	-
Equipamentos, máquinas e ferramentas	186.935	16.278	-	(1.605)
Mobiliário em geral	52.385	6.854	-	(399)
Outros ativos imobilizados	13.096	3.298	-	(100)
	2.887.159	237.899	(3)	(38.702)
				3.086.353

R\$ 3 Transferência entre os subgrupos de custo e de depreciação deste grupo patrimonial.

	2014		2015	
	(Reapresentado)	Adição	Transferências	Baixa
Via permanente, edifícios e instalações	1.199.596	129.366	-	(880)
Equipamentos de transportes ferroviários	3.470	-	-	-
Trens unidades elétricas	1.184.264	81.894	-	(3)
Outros equipamentos de transporte	31.156	5.947	-	(67)
Equipamentos, máquinas e ferramentas	172.245	15.570	-	(880)
Mobiliário em geral	46.424	6.878	(579)	(338)
Outros ativos imobilizados	10.154	3.129	-	(187)
	2.647.309	242.784	(579)	(2.355)
				2.887.159

Transferência vinculada a depreciação de item anteriormente classificado como mobiliário geral que foi transferido para intangível (Nota 16.2) no valor de R\$ 579.

15.3. Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no exercício

A revisão realizada para o exercício de 2016, considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa - UGC, a partir de testes pela metodologia de avaliação por custos por reposição depreciados, não resultou na necessidade de reconhecimento de perda para redução ao valor recuperável.

15.4. Ativos adquiridos pela Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) para a utilização pela CPTM

Foram adquiridos diretamente pela STM trens e sobressalentes para serem utilizados pela CPTM, não havendo relativo ao evento registro contábil nesta Companhia até o exercício 2016.

Entretanto, a partir do controle interno dos custos de aquisição e da disponibilidade para uso dos referidos ativos, utilizando-se a taxa usual de depreciação praticada pela Companhia, a depreciação acumulada e o saldo residual foram apurados e passaram a ser divulgados pela Companhia.

Tais ativos, nos termos da recomendação da Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda, através do Parecer C/J/SF nº 131/2008, de 30 de janeiro de 2008, bem como pela deliberação societária na 42ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2015, deverão ser mérito de aporte de capital em bens, tendo sido, também, deliberado pelos acionistas na referida AGE o cometimento à Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FINECAFI da elaboração do laudo de avaliação, premissa legal para efetivação do respectivo aporte em bens. Para o exercício de 2016, a partir da entrega do laudo de avaliação, a base de

valor foi modificada, sendo considerado o fluxo financeiro registrado e de controle da STM e desconSIDERADOS OS SERVIÇOS À TÍTULO DE GERENCIAMENTO E SUPERVISÃO, DADOS COMO SERVIÇOS DE CUSTEIO. Como, conseqüentemente, os resultados apresentados até então por esta Companhia sofreram alteração, reapresentamos a posição relativa aos exercícios de 2014 e 2015.

	2014			2015		
	Gerencial	Laudo	Varição	Gerencial	Laudo	Varição
Custo Incorrido	1.661.743	1.494.797	166.946	1.661.780	1.494.883	166.897
Depreciação Acumulada	(140.256)	(121.049)	(19.207)	(181.706)	(157.315)	(24.391)
	1.521.487	1.373.748	147.739	1.480.074	1.337.568	142.506

15.4.1. Movimentação do período:

No exercício de 2016, no interm dos levantamentos e estudos para a elaboração do laudo de avaliação destes ativos (57 trens e sobressalentes) já em uso pela CPTM, foram colocados em operação pela CPTM mais 08 trens e sobressalentes, nas mesmas condições de aquisição, ou seja, adquiridos pela STM, equivalente ao custo de R\$ 243.154 na data de 31/12/2016, conforme segue:

	2015		2016	
		Adição		
Custo incorrido	1.494.883	243.154	-	1.738.037
Depreciação acumulada	(157.315)	(38.023)	-	(195.338)
	1.337.568	205.131		1.542.699

15.5. Imobilizado líquido - Extensão Leste - Cedida do METRO

A CPTM firmou Convênio em dezembro de 2007, junto ao METRO, objetivando a execução de ações conjuntas para a implantação, operação e manutenção do trecho Artur Alvim - Guaianazes do Expresso Leste - Extensão Leste, pelo qual é transferida à CPTM a conservação e manutenção das instalações/obras civis, manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos e sistemas instalados, a operação comercial exclusiva, a gestão de todos os assuntos relacionados aos processos operacionais e, conseqüentemente, a arrecadação das receitas operacionais da exploração do referido trecho, de propriedade do METRO.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o ativo intitulado Extensão Leste foi reconhecido no Imobilizado da Companhia pelos valores residuais de registro no METRO (base 31 de dezembro de 2012), pela similaridade dos bens no modal metro ferroviário, em contrapartida a um Passivo Não Circulante - Bens Cedidos do METRO (Extensão Leste).

A partir do exercício de 2014, em função da transferência de propriedade dos bens ainda não ter sido realizada para a CPTM, a depreciação não foi atualizada, permanecendo o valor residual sem alteração, procedimento este que se manteve para o exercício de 2016, com ajustes apenas quanto ao custo incorrido, conforme informações prestadas pelo METRO.

Para fins de regularidade patrimonial, na 42ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2015, deliberaram os acionistas da CPTM pelo cometimento à Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FINECAFI da elaboração do laudo de avaliação, premissa para efetivação do respectivo aporte em bens, nos termos da legislação societária.

O laudo de avaliação foi elaborado com base no valor contábil, conforme informações prestadas pelo METRO, estando para ser levado à apreciação e deliberação em Assembleia Geral de Acionistas.

Ativos	Custo incorrido		Depreciação acumulada		Saldo em 2016 e 2015	
					2016	2015
Terrenos desapropriados	60.960	-	-	-	60.960	60.960
Edificações	640.226	(79.493)	(79.493)	-	560.733	560.733
Sistemas	78.715	(14.500)	(14.500)	-	64.215	64.215
Outros	11.764	(852)	(852)	-	10.912	10.912
	791.665	(94.845)	(94.845)		696.820	696.820

Caso o custo incorrido e a depreciação tivesse sofrido atualização desde 31 de dezembro de 2012, os valores de depreciação acumulada e os valores residuais, na data de 31/12/2016, seriam os seguintes:

Ativos	2016		2015	
	Custo incorrido	Depreciação acumulada	Custo incorrido	Depreciação acumulada
Terrenos desapropriados	60.992	-	60.992	-
Edificações	640.282	(106.792)	533.490	(99.967)
Sistemas	81.263	(22.855)	58.408	(19.399)
Outros	11.752	(1.218)	10.534	(1.135)
	794.289	(130.865)	693.424	(120.501)

15.6. Imobilizado líquido - Linha 5 Lilás - Cedida ao METRO

Nas mesmas condições descritas na Nota 15.5, a CPTM firmou Convênio em dezembro de 2017, junto ao METRO, objetivando a execução de ações conjuntas para a implantação, operação e manutenção do trecho Capão Redondo - Largo Treze da Linha 5 Lilás do METRO, pelo qual é transferida ao METRO a conservação e manutenção das obras civis, equipamentos e sistemas, a operação comercial exclusiva, a gestão de todos os assuntos relacionados aos processos operacionais e, conseqüentemente, a arrecadação das receitas operacionais da exploração do referido trecho, de propriedade da CPTM.

Assim como os ativos mencionados na Nota 15.5, este assunto é pauta da Administração da Companhia para providências quanto a regularidade dos ativos invertidos, quanto a propriedade x uso, junto ao METRO.

Nestas condições, na 42ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2015, deliberaram os acionistas da CPTM, pelo cometimento à Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FINECAFI da elaboração do laudo de avaliação, premissa para efetivação do respectivo aporte em bens, nos termos da legislação societária.

O laudo de avaliação foi elaborado com base no valor contábil, tendo sido apurado o valor residual na data de 31/12/2016, estando para ser levado à apreciação e deliberação em Assembleia Geral de Acionistas.

Nestas condições, para equiparação do saldo contábil ao laudo elaborado pela consultoria FINECAFI, foi atualizado o montante de depreciação acumulada, então suspensa em 31/12/2012.

De acordo com referido laudo, os valores, na data de 31/12/2016, estão representados conforme abaixo, estando prevista a referida regularização dos ativos para o exercício de 2017, haja vista que pela complexidade dos procedimentos não foi possível em 2016.

Ativos	2016		2015	
	Custo	Depreciação acumulada	Custo	Depreciação acumulada
Terrenos e Leito de Linha	102.786	-	102.786	-
Via Permanente, Edifícios, Instalações	1.120.643	(298.502)	822.141	(271.148)
Equipamentos de Transportes Ferroviários	1.500	(529)	971	(479)
Trens Unidades Elétricas	280.012	(76.906)	203.106	(69.886)
Outros Equipamentos de Transporte	30.717	(16.845)	13.872	(15.305)
Equipamentos, Máquinas e Ferramentas	30.591	(30.591)	-	(30.420)
	1.566.249	(423.373)	1.142.876	(387.238)

15.6.2. Movimentação do período (Custo de aquisição):

Ativos	2015		2016	
	(Reapresentado)	Adição	Transferência	Baixa
Terrenos e Leito de Linha	102.396	-	548	(158)
Via Permanente, Edifícios, Instalações	1.120.643	-	-	-
Equipamentos de Transportes Ferroviários	1.500	-	-	-
Trens Unidades Elétricas	280.012	-	-	-
Outros Equipamentos de Transporte	30.717	-	-	-
Equipamentos, Máquinas e Ferramentas	30.591	-	-	-
	1.565.859		548	(158)
				1.566.249

1ª Transferências:

1. R\$ 548 Transferência de desapropriações de terrenos da Linha 5 Cedida ao Metrô (Nota 16.1) anteriormente classificadas em imobilizações em andamento.



Secretaria dos Transportes Metropolitanos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



(b) Movimentação do período (depreciação):

Ativos	2015 (Reapresentado)	Adição	2016
Via Permanente, Edifícios, Instalações	271.148	27.354	298.502
Equipamentos de Transportes Ferroviários	479	50	529
Trens Unidades Elétricos	69.886	7.020	76.906
Outros Equipamentos de Transporte	15.305	1.540	16.845
Equipamentos, Máquinas e Ferramentas	30.420	171	30.591
	387.238	36.135	423.373

15.7. Imobilizado em andamento

Em 31 de dezembro de 2016, 40 contratos, vinculados ao imobilizado técnico em andamento, encontram-se paralisados em função de insuficiência orçamentária e financeira.

As obras mantidas em execução são aquelas preponderantemente financiadas por agentes financiadores externos.

16. Intangível

	Taxas anuais de amortização	2016	2015 (Reapresentado)
Sistema de bilhete eletrônico	20%	3.500	3.500
Sistema e aplicativo - software	20%	51.960	38.586
		55.460	42.086
		<u>(30.519)</u>	<u>(22.589)</u>
		24.941	19.497

Amortização acumulada

Os ativos intangíveis estão representados por licenças de softwares adquiridas pela CPTM e por sistemas específicos desenvolvidos para uso interno.

16.1. Movimentação do período (Custo de Aquisição):

	2015 (Reapresentado)	Adição	Transferência	2016
Sistema de bilhete eletrônico	3.500	-	-	3.500
Sistema e aplicativo software	38.586	3.813	9.561	51.960
	42.086	3.813	9.561	55.460

Transferência:

R\$ 9.561 Transferência entre os grupos do Imobilizado em Andamento (Nota 15.1) para o Intangível de acordo com o objeto dos contratos finalizados no período de 2016.

	2014 (Reapresentado)	Adição	Reclassificação	Transferência	2015 (Reapresentado)
Sistema de bilhete eletrônico	3.500	-	-	-	3.500
Sistema e aplicativo software	30.931	4.882	-	2.773	38.586
Software em desenvolvimento	7.895	-	(7.895)	-	-
	42.326	4.882	(7.895)	2.773	42.086

Reclassificação para Outros Créditos (Nota 8), decorrente da rescisão contratual amigável.

Transferência para Ativo Imobilizado (Nota 15.1).

16.2. Movimentação do período (Amortização):

	2015 (Reapresentado)	Adição	2016
Sistema de bilhete eletrônico	3.500	-	3.500
Sistema e aplicativo software	19.405	7.614	27.019
Estudos a Disposição	(316)	316	-
	22.589	7.930	30.519

	2014 (Reapresentado)	Adição	Transferência	2015 (Reapresentado)
Sistema de bilhete eletrônico	3.500	-	-	3.500
Sistema e aplicativo software	11.644	6.866	579	19.089
	15.144	6.866	579	22.589

Transferência vinculada a depreciação do item anteriormente classificado como mobiliário geral que foi transferido para intangível (Nota 15.2).

17. Fornecedores

	2016	2015 (Reapresentado)
Entidades privadas nacionais	150.524	109.414
Concessões e Entidades públicas	19.203	10.730
Entidades estrangeiras	8.133	12.494
Serviços e fornecimentos realizados a faturar	133.176	120.051
	311.036	252.689

18. Arrendamento mercantil financeiro

Contrato firmado em 19 de março de 2010 pelo prazo de 20 anos, cujo objeto é a Concessão Administrativa para a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, revisão geral e a modernização da frota da Linha 8 - Diamante da CPTM, dentro dos padrões pré-definidos de confiabilidade, disponibilidade e tempo de reparo, com renovação total da frota.

O processo de modernização consiste na renovação total da frota dedicada a Linha 8 Diamante, em duas etapas, abrangendo, na primeira etapa, o fornecimento de 12 trens novos de 8 carros, totalizando 96 carros, e, na segunda etapa, o fornecimento de 24 trens novos de 8 carros, totalizando 192 carros, eventos estes já realizados. Conforme cláusula contratual, os mecanismos de pagamento da contraprestação pecuniária e da remuneração da concessionária, referente a renovação da frota de trens, está sendo liquidada financeiramente mediante pagamentos de parcelas mensais por trem entregue, desde o mês base da entrega física até o período final do contrato (240 meses), valor este reajustado anualmente com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor - FIPE.

Também, nos termos contratuais, os trens novos adquiridos e/ou fabricados pela Concessionária serão utilizados para prestação de serviço e terão como destino a CPTM para uso na operação dos serviços de transporte público de passageiros. Ou seja, todos os trens produzidos serão transferidos à CPTM para que a mesma utilize em suas operações da Linha 8 - Diamante, provendo a renovação da frota de trens objeto do contrato.

Face ao exposto, a operação foi enquadrada como sendo Operação de Arrendamento Mercantil, de acordo com o CPC 06 (R1).

A taxa de juros utilizada é de 8,3% a.a., taxa utilizada para o cálculo do valor do contrato, valor presente com desconto.

18.1. Abertura por vencimento - Carteira de arrendamento a valor presente:

Prazos	2016			2015 (Reapresentado)		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Vencidos	1.887	5.360	7.247	3.237	8.964	12.201
Até 1 ano	57.883	3.302	61.185	56.028	2.615	58.643
De 1 a 5 anos	231.530	1.544	233.074	224.113	1.494	225.607
Acima de 5 anos	496.825	3.312	500.137	536.938	3.580	540.518
	788.125	13.518	801.643	820.316	16.653	836.969
Circulante	-	-	68.432	-	-	70.844
Não circulante	-	-	733.211	-	-	766.125

18.2. Movimentação no período:

2015	Juros	Atualização Monetária	Pagamentos	2016
836.969	64.047	27.561	(126.934)	801.643

18.3. Abertura por vencimento - Fluxo de caixa futuro das operações de arrendamento mercantil:

Prazos	2016			2015		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Vencidos	1.887	5.360	7.247	3.237	8.964	12.201
Até 1 ano	33.402	64.608	98.010	30.842	66.493	97.335
De 1 a 5 anos	163.729	216.648	380.377	154.871	233.429	388.300
Acima de 5 anos	589.107	227.116	816.223	631.366	272.026	903.392
	788.125	513.732	1.301.857	820.316	580.912	1.401.228

19. Tributos parcelados

Refere-se ao parcelamento firmado pela Companhia junto a Prefeitura Municipal de São Paulo, em adesão ao PPI/2006 - Programa de Parcelamento Incentivado promovido pela citada Prefeitura, referente pendências de IPTU, no importe de R\$ 20.418, em 120 parcelas mensais, consecutivas e corrigidas pela SELIC, tendo sido a última parcela quitada em julho de 2016, portanto saldo zerado em 31/12/2016 (R\$ 2.754 em 2015).

20. Receitas diferidas

Natureza da Receita	2016			2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Bilhetes de transporte metropolitano	34.952	-	34.952	14.415	-	14.415
Bilhetes - expresso turístico	46	-	46	34	-	34
Antecipação de venda de inservíveis e sucatas	131	-	131	205	-	205
Aluguéis e arrendamentos	516	8.598	9.114	516	9.114	9.630
	35.645	8.598	44.243	15.170	9.114	24.284

21. Provisões para contingências

Natureza das ações	2016	2015
Trabalhista	604.687	612.936
Cíveis	233.744	113.626
Previdenciária	-	10.368
	838.431	736.930

21.1. Trabalhistas e Cíveis

As provisões cíveis resultam, em sua maioria, de pedidos de indenização decorrentes de acidentes com passageiros transportados pela Companhia, bem como demais incidentes ocorridos no leito férreo, como por exemplo, atropelamentos. Existem alguns pedidos judiciais de reequilíbrio econômico financeiro de contratos ou pedidos de indenização que também representam valores relevantes, além, ainda, de execuções fiscais decorrentes de multas por infração, ISS e IPTU. Quanto aos processos trabalhistas referem-se a pedidos de pagamento de diferenças de remuneração decorrentes de cálculos de horas extras, adicionais de periculosidade, insalubridade e de risco, acidentes de trabalho, diferenças de verbas rescisórias pagas a empregados aposentados, incidências de anuênio em outras verbas trabalhistas e casos semelhantes.

A Companhia é parte em diversas ações trabalhistas nas quais funcionários aposentados da Fepasa pleiteiam equiparação salarial aos funcionários ativos da CPTM. Nessas ações a Companhia atua essencialmente como um agente do Governo do Estado de São Paulo dado que quaisquer desembolsos efetuados nessas ações são reembolsados a CPTM nos termos no Parecer C/J/SF 958/2010 da Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo acatado pelo Sr. Procurador Geral do Estado em 31/01/2010 através do processo 1000288-60/1078/2010.

21.1.1. Classificação de Risco de Perda

A CPTM constituiu no exercício de 2016 provisão no montante de R\$ 838.431 (R\$ 726.562 em 2015). Os desembolsos possíveis decorrentes da eventual perda das ações com risco de perda provável poderão ocorrer no período de aproximadamente 2 a 3 anos, em média. As ações com classificação de perda possível no exercício de 2016 totalizaram R\$ 152.842 (R\$ 324.171 em 2015), para os quais nenhuma provisão é requerida conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

Natureza das ações	Avaliação de perdas prováveis		Avaliação de perdas possíveis	
	2016	2015	2016	2015
Trabalhistas	604.687	612.936	37.770	53.916
Cíveis	233.744	113.626	112.170	270.255
	838.431	726.562	149.940	324.171

21.1.2. Movimentação do período

Natureza das ações	2015	Provisões	Liquidações	Reversões/Baixas	
				2016	2015
Trabalhistas	612.936	96.478	(62.738)	(41.989)	604.687
Cíveis	113.626	179.730	(23.074)	(36.538)	233.744
	726.562	276.208	(85.812)	(78.527)	838.431

21.2. Previdenciária

Provisão para prováveis perdas decorrentes de ação fiscalizatória do INSS, encerrada no exercício de 2002, da qual resultou a emissão de Notificações Fiscais de Lançamento de Débito. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as análises de risco, realizada pelo advogado responsável pelas ações em andamento, concluiu pela probabilidade remota de perda, tanto para aquelas anteriormente classificadas como prováveis e possíveis.

21.2.1. Classificação de risco de perda

	Avaliação de perdas prováveis		Avaliação de perdas possíveis	
	2016	2015	2016	2015
Previdenciária	-	10.368	-	50.418
	-	10.368	-	50.418

21.2.2. Movimentação do período

	2015	Provisões	Liquidações	Reversões/Baixas	
				2016	2015
Previdenciária	10.368	-	-	10.368	-
	10.368	-	-	10.368	-

22. Provisões para benefícios a empregados

Em 31/12/2016, considerando todas as modalidades de benefícios a empregados concedidos pela Companhia, a posição de ativos e passivos é a seguinte:

	2016	2015
Plano de pensão - benefício definido		
Ativos financeiros	463.864	411.365
Obrigações	(1.040.043)	(1.034.363)
Déficit atuarial	(576.179)	(622.998)
Passivo atuarial com plano de pensão - benefício definido - responsabilidade da patrocinadora	288.090	311.499
Passivo atuarial com benefício de saúde	30.028	25.055
Passivo atuarial com benefício de odontologia	-	2.149
Passivo atuarial com benefício de desligamento dos ex-empregados da FEPASA	13.533	15.124
Total do passivo atuarial	331.651	353.827

Remunerações reconhecidas na demonstração dos resultados abrangentes corresponde ao plano de pensão de benefício definido, no exercício findo em 31/12/2016, é de R\$ 124.233 (R\$ 33.736 em 2015).

Dentre os benefícios mantidos pela CPTM em favor de seus empregados, os seguintes benefícios se enquadram nas exigências do CPC-33 (R1), dos quais decorrem obrigações de longo prazo:

Benefícios pós-emprego:

- Plano de Previdência dos ex-funcionários da CBTU junto à Refer;
- Plano de Saúde e Odontológico
- Benefício de Desligamento Sem Justa Causa dos funcionários oriundos da ex-FEPASA.

Benefícios de curto prazo:

Liquidados em até 12 meses do fechamento do exercício contábil contabilizados como despesas no exercício em que ocorreram; enquadram-se nesta categoria:

- Anuênio/Gratificação por Tempo de Serviço;
- Seguro de Vida em Grupo;
- Vale Refeição e Vale Alimentação; e
- PPR - Programa de Participação nos Resultados.

22(a) Programa previdenciário

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos é mantenedora de um programa previdenciário enquadrado no regime de previdência privada (Fundos de Pensão) admitido constitucionalmente como complementar aquele do Regime Geral provido pelo Estado, sob legislação específica (Lei nº 6435/77, revogada e substituída pela Lei Complementar nº 109/2001). Segundo esse normativo, os fundos de pensão são constituídos sob contribuições de empregados e empregadores, sob regime de capitalização, com regulamentação própria, geridos de forma independente através de entidades de finalidade específica criadas pelas empresas. A CPTM, através de sua entidade de previdência complementar denominada REFER, instituiu um plano de benefícios definidos, cuja principal característica previa a preservação de uma renda de inatividade similar ao nível das últimas remunerações dos empregados.

O programa de benefícios previdenciários garante o pagamento dos seguintes benefícios:

- Aposentadoria por idade;
- Aposentadoria por tempo de contribuição;
- Aposentadoria especial;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pecúlio por morte;
- Pensão por morte.

Além dos benefícios previdenciários acima, o Plano BD garante os seguintes direitos:

- Benefício Mínimo;





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



- Resgate de Contribuições;
- Benefício Proporcional Diferido;
- Autoprocínio.

Prevalece o regime atuarial de capitalização e com avaliações periódicas realizadas em conformidade com a legislação da previdência privada, reportadas ao órgão de fiscalização e controle do Ministério da Previdência Social.

A CPTM adota os procedimentos recomendados pelas Normas de Contabilidade emanadas pelo CPC nº 33 (R1), que atua na padronização das demonstrações contábeis com o objetivo de permitir análises comparativas globais. A adoção das normas do CPC pela CPTM permite o melhor entendimento de suas operações e assegura os padrões necessários à credibilidade da Companhia.

Em 31/12/2016, o valor presente das obrigações da CPTM, segundo as normas acima mencionadas, para com o programa previdenciário era de R\$ 1.040.043. Os ativos acumulados e investidos no mercado financeiro através da REFER, na mesma data, montavam R\$ 463.864, revelando, pois, um déficit de cobertura de R\$ 576.179.

Para a estimativa das obrigações de longo prazo utilizou-se o método do Crédito Unitário Projetado em seus cálculos, também conhecido como método de benefícios acumulados com pró-rata de serviço ou como método benefício/anos de serviço. Essa metodologia considera cada período de serviço como dando origem a uma unidade adicional de direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

Resultados

Item	Movimentação das obrigações e ativos financeiros		
	31/12/2015	31/12/2016	Projeção 31/12/2017
Obrigações no início do exercício	1.018.022.450,00	1.034.363.744,00	1.040.042.995,83
Custo do serviço corrente	29.086.356,00	29.553.250,00	13.607.378,83
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial	119.469.392,00	126.505.007,00	113.180.353,00
(Ganhos)/Perdas atuariais	(97.795.745,00)	(107.184.508,46)	-
(-) Benefícios pagos no ano	(34.418.709,00)	(43.194.496,71)	(32.937.729,26)
Obrigações no final do exercício	1.034.363.744,00	1.040.042.995,83	1.133.892.998,40
Valor justo dos ativos financeiros no início do exercício	400.843.948,00	411.365.380,00	463.863.757,06
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	45.278.370,00	50.310.909,00	49.959.023,96
Contribuições patronais	6.533.789,00	7.968.845,92	8.630.618,73
Contribuições participantes	3.837.157,00	4.607.786,11	4.990.439,70
(-) Benefícios pagos	(34.418.709,00)	(43.194.496,71)	(32.937.729,26)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	(10.709.175,00)	32.805.332,75	-
Ativos financeiros no final do exercício	411.365.380,00	463.863.757,06	494.506.110,21
(Déficit)/Superávit apurado	(622.998.364,00)	(576.179.238,77)	(639.386.888,20)

Composição da Carteira

Item	Composição dos ativos financeiros marcados à mercado	
	R\$	%
Títulos Públicos	225.609.266,70	49%
Créditos Privados	15.300.807,28	3%
Ações	30.656.147,94	7%
Fundos de Investimento	72.061.848,90	16%
Investimentos Imobiliários	115.343.663,60	25%
Empréstimos e Financiamentos	4.354.265,74	1%
Disponível	531.019,05	0%
Passivo de Investimentos (-)	4.549,78	0%
Outras exigibilidades (-)	2.188,07	0%
Ativo Líquido	463.863.757,06	100%

Custo dos juros sobre as obrigações calculadas

Item	31/12/2017
Juros sobre as obrigações atuariais no início do exercício	116.881.955,95
(-) Redução nos juros por pagamento de benefícios	(3.701.602,95)
Juros líquidos sobre as obrigações calculadas	113.180.353,00

Rentabilidade esperada sobre os ativos financeiros

Item	31/12/2017
Rentabilidade esperada sobre os ativos financeiros	52.129.867,17
Rentabilidade esperada sobre as contribuições de participantes e patrocinadores	1.530.759,75
(-) Perda de rentabilidade com pagamentos de benefícios	(3.701.602,95)
Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	49.959.023,96

Despesa/(Receita) projetada

Item	31/12/2017
Custo do serviço corrente	13.607.378,83
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais	113.180.353,00
(-) Contribuições esperadas de participantes	(4.990.439,70)
(-) Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	(49.959.023,96)
Total da despesa/(receita) a ser reconhecida no próximo exercício	71.838.268,16

Movimentação de Outros Resultados Abrangentes - ORA

Saldos	31/12/2016
Saldo no início do exercício (a)	(268.922.170,00)
Total dos (ganhos)/perdas apurados no ano (b) = (c) + (d)	(139.989.841,20)
(Ganho)/perda no valor das obrigações (c)	(107.184.508,46)
(Ganho)/perda nos ativos financeiros (d)	(32.805.332,75)
Saldo no final do ano (e) = (a) + (b)	(408.912.011,20)

Movimentação do passivo atuarial líquido

Item	31/12/2016
Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do Exercício (a)	622.998.364,00
(Ganho)/perda a ser reconhecido em ORA (b)	(139.989.841,20)
Despesa/(receita) a ser reconhecida em DRE (c) = (d) + (e) + (f) + (g)	101.139.561,89
Custo do serviço corrente (d)	29.553.250,00
(-) Contribuições de participantes (e)	(4.607.786,11)
Juros sobre a obrigação atuarial (f)	126.505.007,00
(-) Rendimento esperado sobre os investimentos (g)	(50.310.909,00)
(-) Contribuições normais do patrocinador (h)	(7.968.845,92)
Passivo atuarial líquido no final do exercício (i) = (a) + (b) + (c) + (h)	576.179.238,77

Composição dos (Ganhos)/Perdas do exercício

Item	31/12/2016
Redução da taxa de desconto	130.573.320,97
Rentabilidade financeira do exercício	(32.805.332,75)
Ajustes de experiência	(237.757.829,43)
(Ganho)/Perda ao final do exercício	(139.989.841,20)

Sensibilidade da taxa de desconto sobre as obrigações - em R\$

Reais	%
Real	1.040.042.995,83
Aumento (1%)	927.578.347,77
Redução (1%)	1.166.143.470,02

Sensibilidade do crescimento salarial sobre as obrigações - em R\$

Reais	%
Real	1.040.042.995,83
Aumento (1%)	1.077.367.826,43
Redução (1%)	1.005.610.001,72

22(b) Programa de saúde e odontológico

A CPTM oferece aos seus empregados ativos e respectivos dependentes, três tipos de plano de assistência médica, sendo diferenciados pela rede de hospitais credenciados e tipos de acomodação. Para o plano básico, a Companhia subsidia 100% do valor das mensalidades, não havendo, portanto, a caracterização de continuidade vitalícia no período pós-emprego, mas somente pelos prazos máximos proporcionais exigidos pela legislação vigente para os casos de desligamento.

Para os demais produtos, caso o funcionário manifeste interesse em fazer upgrade de categoria, há uma contribuição mensal a ser paga pelo empregado, sendo o restante subsidiado pela empresa. Para essas situações, há a caracterização do vínculo vitalício após a aposentadoria, no instante em que o funcionário tenha contribuído por mais de dez anos ao plano e venha a se aposentar na empresa. Os direitos foram calculados proporcionalmente para os ativos e os benefícios concedidos foram calculados conforme a indicação de temporalidade informada pela empresa.

Os planos odontológicos, embora haja a caracterização de benefício no período pós-emprego, normalmente não apresentam passivos de longo prazo a serem registrados, dado o seu comportamento inverso em relação aos planos de assistência médica. Isso ocorre porque, ao contrário dos planos médicos, onde a utilização e o custo são exponenciais em relação à idade, nos planos odontológicos tanto a utilização como o custo são decrescentes em relação à idade. Assim, quando avaliada a arrecadação e o custo médio da carteira, o saldo é superavitário. Por essa razão a avaliação atuarial apenas identificou passivos relacionados ao plano médico.

Resultados

Item	Movimentação das obrigações e ativos financeiros		
	31/12/2015	31/12/2016	Projeção 31/12/2017
Obrigações no início do exercício	23.951.081,33	25.055.107,76	30.027.829,18
Custo do serviço corrente	1.446.576,66	905.751,79	908.185,71
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial (Ganhos)/Perdas atuariais	3.064.395,21	2.689.103,12	3.243.760,45
(-) Benefícios pagos no ano	-	(987.800,65)	(1.082.842,52)
Obrigações no final do exercício	25.055.107,76	30.027.829,18	33.096.932,82
Valor justo dos ativos financeiros no início do Exercício	-	-	-
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	-	-	-
Contribuições patronais	-	-	-
Contribuições participantes	-	-	-
(-) Benefícios pagos	-	(987.800,65)	(1.082.842,52)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	-	987.800,65	1.082.842,52
Ativos financeiros no final do exercício	-	-	-
(Déficit)/Superávit apurado	(25.055.107,76)	(30.027.829,18)	(33.096.932,82)

Custo dos juros sobre as obrigações calculadas

Item	31/12/2017
Juros sobre as obrigações atuariais no início do exercício	3.365.110,72
(-) Redução nos juros por pagamento de benefícios	(121.350,26)
Juros líquidos sobre as obrigações calculadas	3.243.760,45

Despesa/(Receita) projetada para o próximo exercício

Item	31/12/2017
Custo do serviço corrente	908.185,71
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais	3.243.760,45
(-) Contribuições esperadas de participantes	-
(-) Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	-
Total da despesa/(receita) a ser reconhecida no próximo exercício	4.151.946,16

Movimentação de Outros Resultados Abrangentes - ORA

Saldos	31/12/2016
Saldo no início do exercício (a)	(3.406.945,45)
Total dos (ganhos)/perdas apurados no ano (b) = (c) + (d)	1.377.866,51
(Ganho)/perda no valor das obrigações (c)	2.365.667,16
Benefícios pagos no exercício (d)	(987.800,65)
Saldo no final do ano (e) = (a) + (b)	(2.029.078,94)

Movimentação do passivo atuarial líquido

Item	31/12/2016
Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do Exercício (a)	25.055.107,76
(Ganho)/perda a ser reconhecido em ORA (b)	1.377.866,51
Despesa/(receita) reconhecida em DRE (c) = (d) + (e) + (f) + (g)	3.594.854,91
Custo do serviço corrente (d)	905.751,79
(-) Contribuições de participantes (e)	-
Juros sobre a obrigação atuarial (f)	2.689.103,12
(-) Rendimento esperado sobre os investimentos (g)	-
(-) Contribuições normais do patrocinador (h)	-
Passivo atuarial líquido no final do exercício (i) = (a) + (b) + (c) + (h)	30.027.829,18

Composição dos (ganhos)/perdas do exercício

Item	Impacto em R\$
Redução da taxa de desconto	3.162.841,55
Benefícios pagos	(987.800,65)
Ajustes de experiência	(797.174,39)
(Ganho)/Perda ao final do exercício	1.377.866,51

Sensibilidade da taxa de desconto sobre as obrigações calculadas

Total da obrigação (R\$)	Varição %
Real	30.027.829,18
Aumento (1%)	26.780.781,46
Redução (1%)	33.668.566,65

Sensibilidade da inflação médica sobre as obrigações calculadas

Total da obrigação (R\$)	Varição %
Real	30.027.829,18
Aumento (1%)	32.227.250,56
Redução (1%)	27.978.512,27

22(c) Programa de benefícios por desligamento aos ex-funcionários da extinta FEPASA

A Companhia mantém, em seu quadro de funcionários ainda em atividade, 850 ex-funcionários da extinta FEPASA - Ferrovia Paulista S.A., que por força de acordo coletivo firmado em 1994, possuem benefícios de desligamento sem justa causa, caso o contrato de trabalho seja rescindido por parte da empresa. A contagem do período para cálculo das indenizações abaixo detalhadas cessou em 1996. Os benefícios garantidos pela empresa são:

- Empregado que no ato do desligamento contar com 4 até 10 anos incompletos de tempo de empresa, receberá uma indenização equivalente a um salário mensal por ano de serviço;
- Empregado que no ato do desligamento contar com 10 até 20 anos incompletos de tempo de empresa, receberá uma indenização equivalente a dois salários mensais por ano de serviço;
- Empregado que no ato do desligamento contar com 20 anos completos ou mais de tempo de empresa, receberá uma indenização equivalente a dois salários e meio mensais por ano de serviço;
- Além das verbas indenizatórias descritas nos itens anteriores, a FEPASA pagará 80% sobre depósitos legalmente corrigidos do FGTS, por ela efetuados, nos quais já constam incluídos os 40% previstos em Lei e mais o aviso prévio e outras verbas indenizatórias exigidas pela legislação vigente;
- Caso o empregado admitido até 31/12/1994, com pelo menos 4 anos de serviço, solicite seu desligamento da empresa, terá direito a 80% sobre os depósitos legalmente corrigidos do FGTS, por ela efetuados, nos quais já estão incluídos os 40% previstos em Lei, mais as verbas indenizatórias vigentes.

Resultados

Item	Movimentação das obrigações e ativos financeiros		
	31/12/2015	31/12/2016	Projeção 31/12/2017
Obrigações no início do exercício	15.171.157,04	15.123.770,48	13.533.222,06
Custo do serviço corrente	366.471,80	944.910,57	456.855,19
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial (Ganhos)/Perdas atuariais	1.856.115,21	1.850.317,70	1.492.776,83
(-) Benefícios pagos no ano	(2.269.973,57)	(4.385.776,69)	-
Obrigações no final do exercício	15.123.770,48	13.533.222,06	15.257.612,77
Valor justo dos ativos financeiros ao final do Exercício	-	-	-
(Déficit)/Superávit apurado	(15.123.770,48)	(13.533.222,06)	(15.257.612,77)





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



	31/12/2017
Custo dos juros sobre as obrigações calculadas	1.518.042,49
Juros sobre as obrigações atuariais no início do exercício	(25.265,67)
(-) Redução nos juros por pagamento de benefícios	1.492.776,83
Juros líquidos sobre as obrigações calculadas	
Despesa/(receita) projetada para o próximo exercício	456.855,19
Custo do serviço corrente	1.492.776,83
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais	-
(-) Contribuições esperadas de participantes	-
(-) Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	-
Total da despesa/(receita) a ser reconhecida no próximo exercício	1.949.632,02

	31/12/2016
Movimentação de Outros Resultados Abrangentes - ORA	(2.269.973,57)
Saldo no início do exercício (a)	(4.385.776,69)
Total dos (ganhos)/perdas apurados no ano (b) = (c) + (d)	(4.385.776,69)
(Ganho)/perda no valor das obrigações (c)	-
Benefícios pagos no exercício (d)	(6.655.750,26)
Saldo no final do ano (e) = (a) + (b)	

	31/12/2016
Movimentação do passivo atuarial líquido	15.123.770,48
Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do Exercício (a)	(4.385.776,69)
(Ganho)/perda a ser reconhecido em ORA (b)	2.795.228,27
Despesa/(receita) reconhecida em DRE (c) = (d) + (e) + (f) + (g)	944.910,57
Custo do serviço corrente (d)	-
(-) Contribuições de participantes (e)	1.850.317,70
Juros sobre a obrigação atuarial (f)	-
(-) Rendimento esperado sobre os investimentos (g)	-
(-) Contribuições normais do patrocinador (h)	-
Passivo atuarial líquido no final do exercício (i) = (a) + (b) + (c) + (h)	13.533.222,06

	Impacto em R\$
Composição dos (ganhos)/perdas do exercício	(159.214,38)
Redução da massa de participantes	(472.455,29)
Custo abaixo do projetado	(3.754.107,03)
Ajuste de experiência	(4.385.776,69)
(Ganho)/Perda ao final do exercício	

Taxa	Sensibilidade da taxa de desconto sobre as obrigações	
	Total da obrigação (R\$)	Variação %
Real	13.533.222,06	-
Aumento (1%)	12.069.812,31	-11%
Redução (1%)	15.174.063,56	12%

Taxa	Sensibilidade do crescimento salarial sobre as obrigações	
	Total da obrigação (R\$)	Variação %
Real	13.533.222,06	-
Aumento (1%)	14.106.421,68	4%
Redução (1%)	12.983.313,80	-4%

23. Capital social

23.1. Capital social

O Capital Subscrito e Integralizado está representado por 377.625.952.987 (377.625.592.987 em 2015) ações ordinárias nominativas, no montante de R\$ 11.328.779 (R\$ 11.328.779 em 2015).

A Companhia possui Capital Autorizado de R\$ 15.000.000, conforme AGE 39, realizada em 27/09/2013, nos termos do Artigo 3º, parágrafo único, do seu Estatuto Social.

23.2. Adiantamentos para Aumento de Capital

Referem-se a recursos financeiros disponibilizados pela Fazenda do Estado de São Paulo, na condição de acionista majoritário da CPTM, para fazer frente ao Programa de Investimento da Companhia, previstos no Plano Plurianual (PPA) e Lei Orçamentária Anual (LOA), sendo que tais recursos somente são liberados para pagamento de medições contratuais e outras caracterizadas como de investimento, diretamente aos fornecedores, através do Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, nos termos da Lei nº 16.083 de 28/12/2015, os repasses financeiros à CPTM foram de R\$ 839.340 (R\$ 705.791 em 2015), a título de aportes para futura capitalização.

24. Receita operacional líquida

	2016	2015
Receita operacional bruta	2.386.801	2.292.109
Receita dos transportes ferroviários	1.338.307	1.309.157
Subvenção recebida para operação	987.627	926.196
Outras receitas	60.867	56.756
Deduções da receita bruta	(35.344)	(33.597)
Cofins e Pasep	(6.508)	(5.819)
Impostos	(28.836)	(27.778)
	2.351.457	2.258.512

25. Custos dos serviços prestados

	2016	2015
		(Reapresentado)
Pessoal	(811.965)	(800.759)
Energia elétrica de tração	(265.746)	(221.395)
Vigilância	(202.020)	(205.838)
Limpeza e conservação	(84.206)	(74.654)
Manutenção	(502.615)	(498.489)
Serviços de transporte	(27.066)	(27.479)
Materiais	(42.444)	(36.990)
Depreciação/amortização	(227.746)	(233.324)
Outros	(41.677)	(89.373)
	(2.205.485)	(2.188.301)

26. Despesas administrativas

	2016	2015
		(Reapresentado)
Pessoal	(187.445)	(184.320)
Limpeza e conservação	(1.096)	(1.173)
Manutenção	(1.279)	(1.004)
Processamento de dados	(18.629)	(19.227)
Propaganda e publicidade	(1.118)	(1.923)
Sistema de bilhete eletrônico	(30.800)	(32.124)
Serviços de transporte	(13.688)	(16.664)
Materiais	(2.333)	(4.213)
Indenizações	(93.834)	(198.701)
Depreciação/amortização	(54.218)	(55.252)
Provisões	(105.265)	46.957
Gastos gerais	(22.229)	(17.319)
Outros	(17.836)	(14.830)
	(549.770)	(499.793)

27. Despesa por natureza

	2016	2015
		(Reapresentado)
Pessoal	(999.410)	(985.079)
Energia elétrica de tração	(265.746)	(221.395)
Vigilância	(202.020)	(205.838)
Limpeza e conservação	(85.302)	(75.827)
Manutenção	(503.894)	(499.493)
Processamento de dados	(18.629)	(19.227)
Propaganda e publicidade	(1.118)	(1.923)
Sistema de bilhete eletrônico	(30.800)	(32.124)
Serviços de transporte	(40.754)	(44.143)
Materiais	(44.777)	(41.203)
Indenizações	(93.834)	(198.701)
Depreciação/amortização	(281.964)	(288.576)
Provisões	(105.265)	46.957
Gastos gerais	(22.229)	(17.319)
Outros	(59.513)	(104.203)
	(2.755.255)	(2.688.094)

28. Outras receitas e despesas

	2016	2015
		(Reapresentado)
Perdas decorrentes do Sistema de Bilhete Eletrônica	(192.052)	(147.026)
Baixas patrimoniais	(13.347)	(1.248)
Receitas eventuais	32.504	15.753
Entradas de sucatas e inservíveis em estoque	1.477	1.162
Outras	1.773	4.707
	(169.645)	(126.652)

29. Resultado financeiro

	2016	2015
Receitas financeiras		
- Rendimentos de aplicações e fundos	5.837	7.318
- Variação monetária e cambial ativa	13.002	11.605
- Multas	4.256	7.636
- Outras	6.186	5.157
	29.281	31.716
(-) Despesas financeiras		
- Variação monetária e cambial passiva	(15.198)	(8.186)
- Juros incorridos e atualização monetária s/ arrendamento mercantil financeiro	(91.608)	(82.693)
- Juros incorridos s/ passivo atuarial - benefícios a empregados	(80.734)	(15.803)
- Juros s/ demais compromissos	(600)	(809)
- Outras	(1)	(67)
	(188.141)	(107.558)
	(158.860)	(75.842)

Resultado financeiro

30. Imposto de renda e contribuição social diferido e despesa de imposto de renda e contribuição social

30.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2016	2015
(a) Composição dos impostos diferidos:		
Ativo de imposto diferido:		
- Prejuízos fiscais	25.043	25.070
Passivo de imposto diferido:		
- Reserva de reavaliação	25.043	25.070
Imposto diferido (líquido)	-	-

(b) Movimentação do período:

	Prejuízos fiscais	Reserva de reavaliação
Ativo de imposto diferido:		
Em 31 de dezembro de 2015	299.678	-
Debitado ao resultado	(25.043)	-
Em 31 de dezembro de 2016	274.635	-
Passivo de imposto diferido:		
Em 31 de dezembro de 2015	-	299.678
Creditado ao resultado	-	(25.043)
Em 31 de dezembro de 2016	-	(274.635)

Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos para os prejuízos fiscais de acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. Referido pronunciamento técnico determina que, quando a entidade tem um histórico de perdas recentes, ela deve reconhecer ativo fiscal diferido advindo de prejuízos fiscais não utilizados somente na medida em que tenha diferenças temporárias tributáveis (passivos de impostos diferidos) suficientes. Nesse sentido, o reconhecimento dos ativos de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais foram limitados ao valor dos passivos de impostos diferidos da CPTM.

31. Partes relacionadas

As transações realizadas pela CPTM com as suas partes relacionadas foram as seguintes:

Operações/partes relacionadas	2016		2015	
	Ativo/(passivo)	Receitas/(despesas)	Ativo/(passivo)	Receitas/(despesas)
Contas a receber de clientes				
Companhia de Saneamento Básico do Estado de S.Paulo - SABESP	2.395	3.637	1.207	3.266
DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A	-	(195)	195	(78)
Fundação para Desenvolvimento da Educação - FDE	-	(6)	6	-
Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo	310	(43)	310	-
Subtotal	2.705	3.393	1.718	3.188
Indenizações trabalhistas a reembolsar				
Secretaria da Fazenda	-	27.702	-	11.413
Subtotal	-	27.702	-	11.413
Outros créditos				
Agência Reg. de Serv. Púb. Deleg. De Transp. do Est. de São Paulo - ARTESP	29	-	61	89
Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP	-	6	7.895	-
Companhia de Saneamento Básico do Estado de S.Paulo - SABESP	6	-	6	-
Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRO	236	-	2.559	7
Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A - EMTU	14	-	94	-
Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo	-	-	43	-
Subtotal	285	6	10.658	96

Operações/partes relacionadas	2016		2015	
	Ativo/(passivo)	Receitas/(despesas)	Ativo/(passivo)	Receitas/(despesas)
Receita líquida				
Centro De Detenção Prov.Asip Vicente Luzan Da Silv De Pinheiros I	-	-	-	6
Centro De Detenção Provisória De Diadema	-	-	-	2
Centro De Detenção Provisória De Franco Da Rocha	-	11	-	3
Centro De Detenção Provisória De Mauá	-	5	-	7
Centro De Detenção Provisória De Santo André	-	2	-	2
Centro De Detenção Provisória De Vila Independência	-	2	-	4
Centro De Detenção Provisória Dr. Calixto Antonio-S. Bernardo Do Campo	-	-	-	4
Centro De Detencao Provisoria IV De Pinheiros	-	-	-	5
Centro De Progressão Penitenciária De Franco Da Rocha	-	13	-	8
Centro De Progressão Provisória De São Miguel	-	2	-	-
Centro De Reintegração Social e Cidadania	-	7	-	-
Companhia de Saneamento Básico do Estado de S.Paulo - SABESP	-	-	-	22
Fundação Centro de Atend.Sócio- Educativo ao Adolescente - Fundação CASA	-	1	-	1
Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo - IMESC	-	3	-	5
Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP	-	1	-	-
Penitenciária Mario De Moura e Albuquerque	-	5	-	5
Penitenciária Nilton Silva	-	-	-	1
Subtotal	-	52	-	75



Secretaria dos Transportes Metropolitanos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



Operações/partes relacionadas	2016		2015	
	Ativo/ (passivo)	Receitas/ (despesas)	Ativo/ (passivo)	Receitas/ (despesas)
Fornecedores				
Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP	(1.823)	(13.521)	(2.283)	(15.409)
Companhia de Saneamento Básico do Estado de S.Paulo - SABESP	(520)	(11.426)	(654)	(9.074)
Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRO	(424)	(385)	(821)	(880)
Companhia Energética de São Paulo - CESP	-	-	-	(28.345)
Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS	(1.163)	(6.652)	(1.278)	(9.566)
Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A - EMTU	-	-	(212)	242
Fundação do Desenv. Administrativo - FUNDAP	-	(82)	(22)	(145)
Fundação Prof.Dr. Manoel Pedro Pimentel - FUNAP	-	-	-	(623)
Imprensa Oficial do Estado S/A - IMESP	(47)	(789)	-	(696)
Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT	(920)	(1.759)	(44)	(1.013)
Subtotal	(4.897)	(34.614)	(5.314)	(65.509)
Contas a pagar				
Cia de Desenvolvimento Habitacional Urbano do Estado de São Paulo - CDHU	(4.083)	(399)	(3.684)	(192)
Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRO	(5.017)	(3.412)	(4.368)	(4.326)
DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A	-	-	(18)	-
Subtotal	(9.100)	(3.811)	(8.070)	(4.518)
Despesas administrativas				
Cia Ambiental do Estado de S.Paulo - CETESB	-	(212)	-	(177)
Instituto de Pesos e Medidas - IPEM	-	-	-	(2)
Secretaria da Fazenda	-	(225)	-	-
Subtotal	-	(437)	-	(179)
Outras receitas (despesas) líquidas				
Cia Ambiental do Estado de S.Paulo - CETESB	-	-	-	30
Subtotal	-	-	-	30
Total geral	(11.007)	(7.709)	(1.008)	(55.404)

• Adiantamentos a Fornecedores

Estas operações não estão expostas a riscos, pois as antecipações efetivadas aos fornecedores correspondem a impostos e despesas aduaneiras relativos a equipamentos já em posse da CPTM, no aguardo de sua instalação, momento em que será faturado o serviço prestado e descontadas as correspondentes antecipações.

Exposição Máxima ao Risco de Crédito:

Ativos financeiros	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	43.215	38.315
Contas a receber de clientes	18.860	16.616
Outros créditos	3.598	19.625
Ativos mantidos para venda	72	252
Total	65.745	74.808

Risco de Liquidez

A Companhia é uma empresa de economia mista dependente do Governo do Estado de São Paulo, ou seja, as receitas próprias da empresa não são suficientes para manter sua operação. Nesse sentido, a empresa é subvencionada pelo Governo do Estado de São Paulo nos termos do artigo 2º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - mitigando os riscos de liquidez.

Passivos financeiros e os seus vencimentos contratuais:

Passivos financeiros	Vencidos	Até 30 dias	Vincendos			Total
			De 30 a 90 dias	De 90 dias a 1 ano	De 1 a 3 anos	
Fornecedores	62.669	112.400	135.967	-	-	311.036
Garantias Contratuais	811	-	79	215	936	2.041
Contas a pagar	4.869	7.284	1.029	4.137	22.559	39.878
Total	68.349	119.684	137.075	4.352	23.495	352.955

Risco de Mercado

Risco de Moeda Estrangeira

A Companhia incorre em risco cambial quando da formalização de contratos de prestação de serviços ou fornecimento de bens em moeda diferente da local (BRL). Estes tipos de contratos são firmados para a aquisição ou prestação de serviços que compõem o investimento da empresa e, nesse sentido, o risco destas operações são suportados pelo Governo do Estado de São Paulo responsável pelo aporte de recursos para realização de investimentos.

Risco de taxa de juros

A Companhia não está exposta ao risco de variação nos juros, pois não possui empréstimos ou financiamentos.

33. Instrumentos financeiros

33.1. Categoria dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa: classificado em valor justo por meio do resultado e mensurados a posterior pelo valor justo com efeitos no resultado.
- Contas a receber de clientes e outros créditos: classificados em empréstimos e recebíveis, reconhecidos pelo valor de custo do ativo e mensurados a posterior pelo custo amortizado com efeitos no resultado.
- Ativos mantidos para venda: mensurados pelo custo do ativo ajustados ao valor justo por meio do resultado abrangente.
- Fornecedores, garantias contratuais e contas a pagar: classificados em outros passivos financeiros, mensurados ao custo amortizado com efeitos no resultado.

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

(a) Remuneração da administração

A remuneração máxima aprovada em Assembleia para os exercícios de 2016 e 2015, de acordo com o que é estabelecido pelo Parecer CODEC nº 003/2013, é de 30% sobre a remuneração dos diretores da Companhia para os membros do Conselho de Administração e de 20% sobre a remuneração dos diretores para os membros do Conselho Fiscal. A seguinte distribuição foi realizada aos administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

Descrição	2016	2015
Honorários	804	909
Total	804	909

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados basicamente por ordenados.

(b) Benefícios pós-emprego

A CPTM não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo para o pessoal chave da Administração.

32. Gerenciamentos de riscos

Risco de Crédito

Parte substancial da receita da empresa é proveniente da utilização do sistema de transporte (receita tarifária), através do carregamento de crédito antecipado à viagem (sistema SBE). Assim, a Companhia possui baixa exposição ao risco de crédito.

• Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras da empresa são efetuadas predominantemente em Fundo específico do Governo do Estado de São Paulo no Banco do Brasil, operação classificada como de baixo risco.

	2016				2015 (Reapresentado)				
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Outros passivos financeiros	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Outros passivos financeiros	Total
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	43.215				38.315				38.315
Contas a receber de clientes		18.860				16.616			16.616
Outros créditos		3.598				19.625			19.625
Ativos mantidos para venda			72				252		252
Passivos									
Fornecedores				311.036				254.587	254.587
Garantias contratuais				2.041				2.018	2.018
Tributos parcelados				-				2.754	2.754
Contas a pagar				39.878				32.071	32.071

As operações da Companhia estão sujeitas ao Risco de crédito, decorrente da possibilidade de a Companhia ter perdas por inadimplência de suas contrapartes. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações exclusivamente pelo Banco do Brasil S/A, na forma estabelecida pelo Decreto nº 60.244 de 14/03/2014. A Administração da Companhia acredita que constitui provisões suficientes para fazer frente ao não recebimento.

33.2. Classificação dos instrumentos financeiros por tipo de mensuração do valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo pode ser negociado ou um passivo liquidado entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa, na data de balanço.

Quando disponível, a CPTM determina o valor justo de seus ativos e passivos financeiros com base nos preços cotados no mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações justas entre partes independentes.

Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial devem ser agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.

- Mensurações de valor justo de Nível 1 determinadas com base em cotações públicas em mercados ativos;
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (com preços) ou indiretamente (com base em preços); e
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas internas de avaliação que incluem

variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 31/12/2016 e 31/12/2015 não houve instrumentos financeiros mensurados a valor justo agrupados nos níveis 2 e 3.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e a hierarquia de valor justo:

Descrição	2016			2015		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	43.215	-	-	38.315	-	-
Total	43.215	-	-	38.315	-	-

Devido às características dos ativos financeiros da CPTM mensurados ao custo amortizado, a administração entende que não há diferença entre o valor contábil e valor justo para esses ativos.

34. Coberturas de seguros

A Companhia não contrata seguros para os bens patrimoniais de sua propriedade e nem para serviços de transporte metropolitano por ela prestado.

DIRETORIA EXECUTIVA DA CPTM					CONTADORA	
Paulo de Magalhães Bento Gonçalves Diretor Presidente	Vitor Wilson Garcia Diretor de Operação e Manutenção	Carlos Roberto Dos Santos Diretor de Engenharia e Obras	Milton Frasson Diretor Administrativo e Financeiro	José Augusto Rodrigues Bissacot Diretor de Planejamento e Projetos	Marli Cândido Dutra CRC.CT.1SP-131206/O-7	

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e as alterações subsequentes, examinou o Relatório Anual da Administração, bem como as Demonstrações Contábeis nele contidas, composta pelo Balanço Patrimonial, pela Demonstração dos Resultados, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado, complementadas pelas Notas Explicativas, referentes ao exercício findo de 2016.

Com fundamento nos exames realizados, no Relatório dos Auditores Independentes Mazars Auditores Independentes, datado de 06 de março de 2017, observando-se as ressalvas constantes do referido Relatório

Aparecida Massako Funagoshi Bovi Conselheira	Marcelo Pereira de Amorim Conselheiro	Roberta Campedelli A. Gonçalves Conselheira	Thiago Souza Santos Conselheiro
---	--	--	------------------------------------

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM, cumprindo as determinações legais, em sua 285ª Reunião Ordinária, realizada no dia 08 de março de 2017, às 10h00, examinou o Relatório Anual da Administração, bem como as Demonstrações Contábeis neste contidas, composta pelo Balanço Patrimonial, pela Demonstração dos Resultados, das Mutações

do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado, - complementadas pelas Notas Explicativas, referentes ao exercício findo de 2016.

Com fundamento nas respectivas análises, no Parecer do Conselho Fiscal e na apresentação do Relatório dos Auditores Independentes, o Conselho de Administração manifesta-se favoravelmente ao Relatório Anual da

Administração, bem como às Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social de 2016, considerando que os mesmos estão em condições de serem submetidas à apreciação e deliberação final dos Senhores Acionistas, observando-se os parágrafos de ênfase constantes do referido Parecer da Auditoria Independente, com as alterações solicitadas pelos

Clodoaldo Pelissioni Presidente do Conselho	Paulo de Magalhães Bento Gonçalves Conselheiro	Murilo Celso de Campos Pinheiro Conselheiro	Antonio Carlos Bezerra Leonel Conselheiro
--	---	--	--



Secretaria dos Transportes Metropolitanos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Acionistas da
Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM
 São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 15.4, a Companhia vem utilizando em suas operações 65 trens e peças sobressalentes dos mesmos, adquiridos diretamente pela Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM). O custo desses trens e peças em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 1.542.699 mil líquido da depreciação acumulada de R\$ 195.338 mil (R\$ 1.337.568 mil em 31 de dezembro de 2015 líquido da depreciação acumulada de R\$ 157.315 mil). Nenhum registro contábil desses trens e peças foi efetuado nas demonstrações financeiras da Companhia, dado que tal registro depende de autorização expressa do controlador da Companhia - Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo - Codec. Dessa forma, enquanto não há autorização do controlador da Companhia, essa operação deveria ser registrada como operação de arrendamento financeiro de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil. Consequentemente, o ativo não circulante e o passivo não circulante estão subavaliados em R\$ 1.542.699 mil em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 1.337.568 mil em 31 de dezembro de 2015), respectivamente e o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está superavaliado em R\$ 38.023 mil (R\$ 41.450 mil em 31 de dezembro de 2015).

Conforme mencionado na nota explicativa nº 15.5, de acordo com convênio celebrado em 2007, a Companhia vem operando a Extensão Leste construída pelo Metrô de São Paulo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia registrou os valores líquidos da Extensão Leste no montante de R\$ 696.820 mil em seu ativo imobilizado em contrapartida a uma obrigação no mesmo valor no passivo não circulante, permanecendo inalterados os valores em 31 de dezembro de 2016. Embora a formalização de tal registro dependa de autorização expressa do controlador da Companhia - Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo - Codec, a respectiva depreciação deveria ter sido reconhecida no resultado do exercício conforme Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado. Consequentemente, o ativo não circulante e o patrimônio líquido estão superavaliados em R\$ 36.020 mil em 31 de dezembro de 2016, respectivamente (R\$ 25.656 mil em 31 de dezembro de 2015) e o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está superavaliado em R\$ 10.364 mil (R\$ 8.552 mil em 31 de dezembro de 2015).

Conforme mencionado na nota explicativa nº 15.6, de acordo com convênio celebrado em 2007, a Companhia transferiu operacionalmente a Linha 5 Lilás para o Metrô de São Paulo. O custo líquido da Linha 5 - Lilás, contabilizado no grupo do ativo imobilizado, de R\$ 1.142.876 mil em 31 de dezembro de 2016, líquido da depreciação acumulada de R\$ 423.373 (R\$ 1.178.621 mil em 31 de dezembro de 2015 líquido da depreciação acumulada de R\$ 387.238 mil). Embora a formalização de qualquer registro dependa de autorização expressa do controlador da Companhia - Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo - Codec, a transferência desses ativos enseja o registro de um ativo financeiro contra o Metro de São Paulo e, portanto, além da reclassificação do grupo do imobilizado para o grupo do realizável a longo prazo, nenhuma depreciação deveria ter sido reconhecida nas demonstrações financeiras da Companhia de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 - Instrumentos Financeiros e CPC 27 - Ativo Imobilizado. Consequentemente, o ativo imobilizado está superavaliado em R\$ 1.142.876 mil, o realizável a longo prazo está subavaliado em R\$ 1.566.249 mil e o patrimônio líquido está subavaliado em R\$ 423.373 mil em 31 de dezembro de 2016, respectivamente (R\$ 1.178.621 mil, R\$ 1.565.859 mil e R\$ 387.238 mil, respectivamente em 31 de dezembro de 2015) e o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está subavaliado em R\$ 36.135 mil (R\$ 38.928 mil em 31 de dezembro de 2015).

Conforme mencionado na Nota 15, a Companhia possui o montante de R\$ 2.872.002 mil registrado na rubrica "Imobilizações em Andamento" em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 2.686.788 mil em 31 de dezembro de 2015). Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia republicou suas demonstrações financeiras para, dentre outros assuntos, corrigir erros relativos aos itens classificados como "Imobilizações em andamento", cujos efeitos nos resultados dos exercícios anteriores superaram o montante de R\$ 375 milhões. Adicionalmente, as reclassificações efetuadas entre itens anteriormente classificados em "imobilizações em andamento" para "imobilizado em operação" em exercícios anteriores superaram o montante de R\$ 1,1 bilhão. No entanto, ainda existem itens classificados em "imobilizações em andamento" cuja transferência para o "imobilizado em operação" ainda não foi efetuada, dado que o trabalho de componentização e identificação dos itens encontra-se em curso e do total registrado em "imobilizações em andamento", ainda existem R\$ 1.459.130 mil (R\$ 1.073.339 mil relativos a projetos iniciados antes de 2012), cujos contratos encontram-se encerrados, cancelados ou suspensos, e cuja retomada dos mesmos depende do contingenciamento de recursos por parte do controlador da Companhia - Governo do Estado de São Paulo. Portanto, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o valor da depreciação que deveria ter sido reconhecida sobre os itens que eventualmente deveriam ter sido reclassificados para o "imobilizado em operação", nem sobre eventuais valores que deveriam ser reconhecidos no resultado do exercício sobre os itens cujos contratos encontram-se encerrados ou suspensos, conforme Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado. Consequentemente, não nos foi possível determinar se havia necessidade de ajustar esses valores.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 22, a Companhia é patrocinadora do plano de previdência complementar REFER-CPTM cujo relatório de Avaliação Atuarial em 31 de dezembro de 2016 aponta um déficit atuarial de R\$ 576.179 mil. A Companhia reconheceu 50% desse valor no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 288.090 mil (R\$ 311.499 mil em 31 de dezembro de 2015), com fulcro nas disposições previstas nas Leis Complementares nº 109/2001 e nº 108/2001. Enquanto o plano não for equalizado, o déficit atuarial deve ser reconhecido em sua integralidade no balanço patrimonial da patrocinadora de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2016, o passivo não circulante está subavaliado e o patrimônio líquido está superavaliado em R\$ 288.089 mil (R\$ 311.499 mil em 31 de dezembro de 2015), respectivamente.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 723.303 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, naquela data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 390.324 mil. Conforme apresentado na Nota Explicativa 23.2, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota, indicam a existência da necessidade de recursos de seu controlador (Fazenda do Estado de São Paulo - acionista majoritário), para fazer frente ao Programa de Investimentos da Companhia, previsto no Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Apesar da Companhia depender de recursos de seu acionista majoritário, a fim de cumprir com as

suas obrigações financeiras, nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.6, em decorrência da revisão da forma de mensuração e apresentação referente a "depósitos judiciais", "imobilização em operação" e "imobilizado em andamento", os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 21.1, a Companhia é parte em diversas ações trabalhistas nas quais funcionários aposentados da Fepasa pleiteiam equiparação salarial aos funcionários ativos da CPTM. Nessas ações a Companhia atua essencialmente como um agente do Governo do Estado de São Paulo dado que quaisquer desembolsos efetuados são reembolsados à CPTM nos termos no Parecer CJ/SF 958/2010 da Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo acatado pelo Sr. Procurador Geral do Estado em 31/01/2010 através do processo 1000288-601078/2010. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 34, a Companhia não contrata seguros para os bens patrimoniais de sua propriedade e nem para serviços por ela prestados. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de março de 2017

Mazars Auditores Independentes
 CRC 2SP023701/O-8

Mauro Akio Sakano
 Contador CRC 1SP 143589/O-9

O Relatório da Administração está disponível no site da Companhia
www.cptm.sp.gov.br



Secretaria dos
 Transportes Metropolitanos